



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES: RETRATO DE UM SERVIÇO**

Juliana de Oliveira

UBERABA-MG
2018

Juliana de Oliveira

**Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres:
retrato de um serviço**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Família

Orientador: Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin

UBERABA-MG
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta dissertação de mestrado, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

O47a Oliveira, Juliana
Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as
mulheres: retrato de um serviço / Juliana de Oliveira. -- 2018.
124 f. : tab.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018

Orientador: Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin

1. Homens - Psicologia. 2. Violência contra a mulher. 3. Violência de gênero. 4. Serviços de saúde mental. 5. Grupos focais. I. Scorsolini-Comin, Fabio. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 159.9-055.1

JULIANA DE OLIVEIRA

**ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES: RETRATO DE UM SERVIÇO**

Data da aprovação: ___/___/___

Membros Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin
Universidade de São Paulo

Membro Titular: Prof. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Universidade de Brasília

Membro Titular: Prof. Dr. Rafael De Tilio
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Local: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas que são pilares na construção da minha identidade, em especial, à minha mãe, Lourdes, exemplo de força e luta, com quem aprendi e aprendo o sentido de “tornar-se mulher”, e ao meu pai, Edilberto, que me ensina a ser resistência na busca de um mundo melhor, mais humano e igual para todos.

AGRADECIMENTOS

Finalizar mais essa etapa é conquistar um sonho. Para chegar até aqui, nos bastidores, muitas pessoas se fizeram importantes e contribuíram para a completude dessa dissertação. Gratidão é a palavra que fica por terem estado comigo, por terem ficado de mãos dadas a mim e por fazerem parte desse momento.

Agradeço a Deus por ter cuidado de mim o tempo todo, me dando força e coragem pra continuar a caminhada.

Aos meus pais, Edilberto e Maria de Lourdes, por serem minha base e se desdobrarem para me oferecer as melhores ferramentas e oportunidades. Obrigada por incentivarem meus voos, mesmo que para horizontes distantes, e por entenderem e confiarem nas minhas escolhas.

Aos meus irmãos, Vinícius, João Vitor e Francisco, por serem meu porto seguro, me ensinarem a ser uma pessoa melhor e torcerem pela minha felicidade. Amo vocês!

Ao meu companheiro de vida, Guilherme, por ter sido apoio fundamental nessa finalização, por seu amor, dedicação e cuidado. Você é a surpresa mais linda que o mestrado me proporcionou. Te amo muito!

Ao meu orientador, Fabio, por ter me acolhido no mestrado (gratidão eterna!), confiando e ensinado tanto. Com você aprendi que a academia é doação, coração, amor, e também pode ser alegria, poesia e amizade. Sua competência e dedicação me inspiram a buscar o melhor de mim. Obrigada pela orientação valiosa e pela caminhada juntos!

Às minhas eternas amigas, que são esteio e afeto, mesmo que muitas vezes a distância seja uma constante, fazendo com que não consigamos estar tão presente na vida uma da outra: Laís por me ajudar na busca de uma vida mais leve, desapegada e espiritualizada, nossa amizade é fonte de luz para mim; Mariana Rios por ser sempre continente às minhas questões, por seus abstracts (rs), por sua acolhida e apoio; Ana Luísa por sua sensibilidade e carinho; Fernanda

por ter sido apoio essencial, por se doar à nossa amizade e me ensinar tanto com o seu coração simples e cheio de luz (Obrigada por ser meu bumerangue!); Mariana Cecílio por dividir comigo as alegrias e dificuldades de ser irmã-amiga, nosso laço é forte demais para que o tempo ou as circunstâncias nos afaste (você é minha ampulheta! Obrigada por todo amor doado!); Neftali por me ensinar, com seu exemplo, a ser mais resiliente e grata às minhas conquistas, e a confiar mais em Deus (sinto muito sua falta! Obrigada por sua amizade valiosa); Tânia por seu exemplo de força, fé e coragem.

Aos colegas de mestrado por todo conhecimento compartilhado, especialmente à Camila, Raphaela e Suzel, que foram grandes companheiras de caminhada, partilhando as alegrias, dores e desesperos inerentes desse percurso. Aqui nasceram laços bonitos de amizade. Vou levá-las sempre comigo!

À querida companheira de trabalho, Jéssica, que me deu suporte e somou comigo forças em momentos de luta da nossa atuação. Obrigada por permitir que crescêssemos juntas!

Aos meus familiares e aos do Guilherme por suas orações e torcida. Obrigada por se alegrarem comigo! Agradeço em especial à minha prima Isabela, que me acolheu em sua república numa época difícil, e não poupou esforços para me ajudar. Às suas amigas de república que também me receberam de braços abertos.

Aos professores de mestrado, por todo aprendizado adquirido. Especialmente ao professor Rafael De Tilio, que sempre me inspirou por seu engajamento social e por tantas reflexões geradas em mim durante suas disciplinas. Obrigada por sua parceria de sempre!

À professora Silvia Lordello por aceitar participar da minha banca de qualificação, por suas contribuições e presença agora na defesa. Seus apontamentos, juntamente com os do professor Rafael, me ajudaram a compor esse trabalho com um olhar mais refinado sobre o assunto. Obrigada!

Aos homens que anuíram suas participações nessa pesquisa, por compartilharem comigo suas vidas. À equipe do serviço, por me receberem tão bem, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pelas trocas, atenção e por todo o carinho. Me senti acolhida por vocês!

Ao PROSA – Laboratório de Investigações sobre Práticas Dialógicas e Relacionamentos Interpessoais – pelas trocas realizadas.

À UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro –, ao PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – e à Luciana Veludo, por abrirem as portas e me receberem tão bem.

À Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos que permitiu a realização dessa pesquisa no serviço acompanhado.

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista pela janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicidas,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida
presente.

Carlos Drummond de Andrade, em *Sentimento do Mundo* (1940)

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	13
Percurso da pesquisadora e da pesquisa	13
Tema Investigado	15
ESTUDO 1	20
Resumo	20
Abstract	20
Método	26
Resultados e Discussão	31
Considerações finais.....	51
Referências	53
ESTUDO 2	59
Resumo	59
Abstract	59
Método	63
Resultados e Discussão	67
Considerações finais.....	85
Referências	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	93
REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO.....	97
APÊNDICES	107
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Estudo 1) – Pré-participação no Grupo	108
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Estudo 1) – Pós-participação no Grupo	110
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 1).....	111
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participação no Grupo.....	114
APÊNDICE E - Roteiro de entrevista semiestruturado (Estudo 2)	116
APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 2)	118
ANEXOS.....	121
ANEXO A – PARECER CEP.....	122

RESUMO

Os grupos de acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres, preconizados pela Lei Maria da Penha no contexto brasileiro, estão em crescimento e têm sido formulados a fim de enfrentar e combater essa realidade. Nesse sentido, mostra-se importante avaliar os serviços e programas que ofertam esse tipo de acompanhamento, buscando aprimoramentos e melhorias. O objetivo desta Dissertação foi compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial para homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção. A Dissertação está dividida em dois estudos exploratórios amparados na abordagem qualitativa de pesquisa, ambos desenvolvidos em um serviço na região administrativa do Distrito Federal (DF). O Estudo 1, de corte longitudinal, teve como objetivo compreender as percepções sobre a participação no grupo por homens autores de violência contra as mulheres. Foram entrevistados individualmente, pré e pós-grupo, 20 homens que participaram da intervenção. Além disso, dez sessões grupais foram acompanhadas pela pesquisadora, com registros em diário de campo. A análise do *corpus* foi realizada a partir do modelo bioecológico do desenvolvimento, com apoio da literatura sobre gênero. Observou-se que o grupo se apresentou como lugar de acolhimento e escuta para o homem, possibilitando construção de novas formas de subjetivação, socialização e sociabilidade masculinas para possíveis ressignificações de suas trajetórias e narrativas de vida. Os homens perceberam a participação como positiva e notou-se mudança de olhares e discursos no que diz respeito à violência, às relações conjugais, à Lei Maria da Penha e à participação no grupo. O Estudo 2 objetivou compreender como os profissionais que coordenam esses grupos avaliam o serviço. Foram entrevistados quatro integrantes da equipe profissional. As entrevistas, assim como no Estudo 1, foram submetidas à análise temática e interpretadas pelo modelo bioecológico e literatura de gênero. Os profissionais compreenderam a violência contra as mulheres como um fenômeno que sofre influências principalmente da cultura (macrossistema), a partir do momento que tanto homens quanto mulheres crescem sendo educadas(os) a reproduzirem as diferenças de poder nas relações. Tais diferenças, aliadas às dificuldades em lidar e saber expressar sentimentos, desejos e sofrimentos dos sujeitos, fazem com que os conflitos acabem sendo resolvidos pela via da violência. A equipe percebeu suas atuações de forma positiva, apesar das dificuldades que o programa enfrentou e compreendeu a participação dos homens no grupo como essencial na busca pelo enfrentamento dessa realidade. Por fim, de modo geral, percebeu-se que a participação no grupo (microsistema) gerou reflexão dos homens acerca dos temas propostos, possibilitando mudanças atitudinais que podem refletir em transformações nos diversos outros microsistemas que o homem está inserido, tais como a família e a relação conjugal. Este espaço se apresentou como ferramenta importante na desconstrução de ideias machistas, sexistas e de um modelo de masculinidade rígido, hegemônico e heteronormativo, legitimador de violência, ao mesmo tempo que tentou oferecer espaço de escuta, cuidado, reflexão e aprendizagem.

Palavras-chave: violência contra a mulher; violência de gênero; grupos focais.

ABSTRACT

Psychosocial supporting groups for men perpetrators of violence against women, advocated by the Maria da Penha Law in the Brazilian context, are growing and have been formulated in order to confront and combat this reality. In this sense, it is important to evaluate the services and programs that offer this type of supporting, seeking improvements and improvements. The main goal of this dissertation was to understand the dynamics of a psychosocial supporting service for men perpetrators of domestic violence against women in terms of characteristics, demands, challenges and potentialities of this intervention. The Dissertation is divided into two exploratory studies based on the qualitative research approach, both developed in the administrative district of the Federal District (DF). Study 1, a longitudinal study, aimed to understand the perceptions about the participation in the group by men considered perpetrators of violence against women. Twenty men who participated in the intervention were interviewed individually, pre- and post-group. In addition, ten group sessions were accompanied by the researcher, with records in field diary. The corpus analysis was carried out from the bioecological model of development, with support from the literature on gender. It was observed that the group presented itself as a place of reception and listening for the man, making possible the construction of new forms of subjectivation, socialization and sociability for possible re-significations of their trajectories and life narratives. The men perceived the participation as positive and there was a change of looks and speeches regarding violence, marital relations, the Maria da Penha Law and participation in the group. Study 2 aimed to understand how the professionals who coordinate these groups evaluate the service. Four members of the professional team were interviewed. The interviews, as well as in Study 1, were submitted to thematic analysis and interpreted by the bioecological model and gender literature. The professionals understand violence against women as a phenomenon that is influenced mainly by the culture (macrosystem), since both men and women grow up being educated to reproduce the differences of power in relationships. Such differences, coupled with the difficulties in dealing with and knowing how to express the feelings, desires and sufferings of the individuals, causes conflicts to be resolved through violence. The team perceives its practice in a positive way, despite the difficulties that the supporting group faces and understood the participation of the men in the group as essential in the search for facing this reality. Finally, in general, it was noticed that the participation in the group (microsystem) generated men's reflection on the proposed themes, enabling attitudinal changes that can reflect in the various other microsystems that man is inserted, such as family and the conjugal relationship. This space presented itself as an important tool in the deconstruction of sexist ideas and a rigid, hegemonic and heteronormative model of masculinity, legitimating violence, at the same time as it tried to offer space for listening, care, reflection and learning.

Key words: violence against women; gender-based violence; focus groups.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Percurso da pesquisadora e da pesquisa

Escrever sobre o meu percurso como pesquisadora é remeter às minhas origens e infância, pois foi lá onde tudo começou. Lembro-me que desde pequena me interessava por histórias de vida, culturas, mundos que aparentemente são estranhos quando vistos com distanciamento, assuntos e pessoas pouco atraentes e desimportantes para a maioria. A trajetória do colégio foi marcada por alguns projetos sociais e, quando me deparei com a Psicologia, pude afinar o olhar sobre os aspectos humanos enquanto conhecimento científico, percebendo que meu compromisso como graduanda deveria estar amarrado com a produção de práticas voltadas à população, principalmente às minorias. Muitas eram as inquietações e angústias, e o social sempre atravessado na minha formação acadêmica e pessoal. Nas disciplinas de Psicologia Social, encontrei espaço de amadurecimento sobre esse campo de atuação e estudo, foi quando propus ao professor Dr. Rafael De Tilio realizar uma pesquisa com pessoas em situação de rua¹. Assim, minha monografia nasceu e um caminho na investigação científica se iniciou, sob a orientação de uma pessoa que confiou nos meus sonhos enquanto acadêmica e colaborou no afinamento do olhar sobre a pesquisa e sobre o as práticas sociais. Posso dizer que ser pesquisadora me permite, hoje, responder a muitos anseios que tinha e ainda tenho sobre o coletivo, sobre me aproximar de realidades humanas, histórias e fenômenos, buscando contribuir na construção de estruturas de vida mais justas.

O tema da violência contra as mulheres apareceu a mim no momento em que conheci, até então informalmente, o serviço retratado nesta Dissertação. A entrada no mestrado pôde dar contorno a um projeto incipiente que foi se tornando robusto à medida que os estudos sobre a temática foram se aprofundando.

¹ De Tilio, R. & Oliveira, J. (2016). Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. *Psicologia em Estudo*, 21(1), 101-113.

O contato com a equipe para apresentação da proposta de pesquisa foi o início de uma trajetória bonita de investigação, que perpassou a parceria do campo – principalmente dos profissionais do núcleo pesquisado -, com a academia. A abertura do serviço em relação ao estudo foi fundamental para que nuances do processo de acompanhamento pudessem ser apreendidas.

A participação em dez sessões grupais foi de extrema importância para o contato genuíno com os homens autores de violência. Essa convivência fez com que uma relação de confiança se criasse e trocas pudessem ser feitas. A inserção, portanto, permitiu um crescimento da pesquisa, mas também da pesquisadora enquanto psicóloga e ser humano. Sob a orientação do Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin, que não só abraçou comigo a responsabilidade da investigação, mas também bancou as incertezas desse processo, confiando sempre no meu trabalho, a pesquisa foi concretizada.

O mestrado me traz novamente a responsabilidade de retornar à sociedade, principalmente aos meus participantes, as análises aqui realizadas. Para além desse retorno acadêmico, tento aplicar o conhecimento adquirido na minha prática profissional. Atualmente trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da prefeitura de Campo Florido-MG, como psicóloga comunitária e social, e busco, na atuação, efetivar direitos e desconstruir paradigmas ainda arraigados nos estereótipos de masculinidade e feminilidade que corroboram para a manutenção da violência, na tentativa de minimizar os seus ciclos.

O trabalho é árduo e exige ainda muitos esforços a fim de que possamos visualizar relações humanas menos violentas. Esta Dissertação é um convite à reflexão sobre todos os aspectos mencionados nesta apresentação.

Tema Investigado

Pesquisar na Linha Psicologia e Família é lançar mão sobre o universo familiar em todas as suas instâncias, desde questões que tangenciam o cotidiano das pessoas às estruturas formativas dessa organização social. Para Foucault (2014), a família é um dos primeiros ambientes de socialização, responsável pelo cuidado e desenvolvimento dos seus membros e da transmissão de valores e regras, constituindo papel importante na construção subjetiva dos sujeitos. Muitas são as organizações familiares inventadas ao longo da história humana. Uma dessas formas, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal (Narvaz & Koller, 2006a), na qual, o homem, por cumprir a função primordial de provedor, é a autoridade máxima da família, sendo-lhe outorgado o poder de decisão sobre a vida das mulheres e dos mais jovens a ele ligados por laços de consanguinidade ou parentesco (Oliveira, 2010).

A ideologia patriarcal não designa o poder do pai sobre a família, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social (Narvaz & Koller, 2006a). Ela aponta uma posição de superioridade dos machos em relação às fêmeas, reduzindo o papel social das mulheres, fazendo surgir determinado tipo de violência, justificada pelo gênero a fim de que agressões, mutilações e mortes sejam legitimadas (Oliveira, 2010). A violência de gênero é produzida e reproduzida nas relações de poder (Lisboa, 2005) e a reflexão sobre a díade violência-gênero não significa entender apenas o envolvimento de mulheres e homens como vítimas e/ou autores, mas também questões relacionadas à esfera do sujeito que busca afirmar as identidades feminina e masculina por meio da violência (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002).

Embora não se possa reduzir ao patriarcado a explicação de todas as formas de desigualdade e de opressão do gênero feminino, em algumas correntes feministas, a gênese da violência contra as mulheres tem sido atribuída predominantemente a esse aspecto (Scott, 1995). A violência contra as mulheres é definida, de acordo com a Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada. Tal definição tem fundamento na Convenção de Belém do Pará (1994), que foi uma convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e serviu de parâmetro para várias políticas locais de enfrentamento e erradicação da violência contra essa população (De Tilio, 2012).

Para Minayo (2007), a violência se configura no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a indivíduos, grupos e coletividades. A mesma autora afirma que o fenômeno da violência é humano, social e tem um peso cultural, tendo em vista que não se conhece nenhuma sociedade isenta de práticas violentas.

Percebe-se que ao longo do tempo a violência doméstica e familiar contra as mulheres foi sendo vista de formas diferentes. Em um passado não muito distante, ela era inscrita nos códigos de conduta como algo normal. A mulher tinha que ser obediente ao pai e depois ao marido. As práticas de dominação por meio da violência, portanto, eram legitimadas e encontravam tolerância na própria legislação (Narvaz & Koller, 2006a).

Atualmente, homens e mulheres são considerados iguais perante a lei. Entretanto, a legalidade tem enfrentado dificuldades para ser reconhecida como legítima, uma vez que apenas aparatos legais não conseguem mudar costumes e valores de uma sociedade, fazendo com que a violência ainda esteja enraizada na cultura. Desta forma, mesmo que os avanços legais estejam acontecendo, a alteração das práticas é muito lenta. As mulheres ainda não conseguem usufruir de seus direitos e podem continuar expostas a situações de desigualdades e violências.

Sendo assim, e reconhecendo que a Lei Maria da Penha (LMP) foi criada no intuito de compensar as injustiças de tempos que as mulheres sofreram e sofrem sob a égide das desigualdades entre os gênero, além de promover benefícios de bem-estar concretos a quem sofreu privações (Oliveira, 2010), há de se criar um trabalho político de mobilização popular

que inclua reflexão sobre o tema e formulação de ações mais eficazes. A LMP reconhece em seu texto que para intervir no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir de um olhar de gênero, deve abarcar ações que possam também incluir os homens. Em contrapartida, a Lei não faz alusão a nenhum trabalho de prevenção com a população masculina e não traz uma definição de como deve ser a estrutura e a organização dos centros de atendimento aos autores (Beiras, Moraes, Alencar-Rodrigues, & Cantera, 2012). Em direção à necessidade de incluir os homens na política de enfrentamento, Beiras (2009) reforça a importância de trabalhos grupais reflexivos que possibilitem a ressignificação de construções tradicionais de masculinidades e feminilidades aliançadas aos movimentos feministas, na busca da responsabilização do autor de violência e do empoderamento e mudanças subjetivas em homens e mulheres.

Em pesquisa sobre o contexto brasileiro (Beiras, 2014), que mapeou de forma não exaustiva (total de 19 programas responderam ao estudo) as experiências e os serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra as mulheres, percebe-se que, em sua maioria, as instituições responsáveis pela intervenção são de caráter governamental, o que pode estar relacionado ao advento da LMP, que recomenda a criação desse tipo específico de intervenção. As metodologias são diversificadas, em geral com encontros realizados semanalmente, e em formato de dinâmicas e exposições explicativas de temas diversos, conversas reflexivas tomando por base alguns disparadores como textos de jornais, piadas, vídeos. Apenas uma experiência (de 19 projetos) é realizada de forma mista, ou seja, com homens e mulheres. No que tange os demais projetos, são feitos grupos de homens e há casos de atendimento de mulheres na mesma instituição (Beiras, 2014).

Os grupos reflexivos realizados com homens têm como objetivo realizar reflexões coletivas sobre os valores envolvidos na construção da identidade masculina e a expressão desses valores em comportamentos e atitudes (Lima & Büchele, 2011; Prates, 2013). De forma

geral, as intervenções voltadas aos autores de violência contra as mulheres devem abarcar as dimensões de gênero nas discussões propostas (Oliveira & Gomes, 2011; Prates, 2013; Saffioti, 2004), além de uma abordagem mais relacional, que discute a dimensão afetiva não consciente da violência/agressão conjugal (Oliveira & Gomes, 2011) e trabalhe a responsabilização pelo ato de violência cometido e a desnaturalização da violência cotidiana, estimulando assim mudanças cognitivas, atitudinais e subjetivas que resultem em relações mais equitativas (Coelho, Natividade, & Gaetani, 2008).

Alguns pesquisadores compreendem que a participação dos homens autores de violência nesses grupos pode possibilitar uma ressignificação sobre si mesmos e sobre as situações que vivenciaram, ou seja, ao serem ouvidos e ao compartilharem experiências afins, vários sentidos sobre o cotidiano e sobre suas práticas podem tomar novos significados (Guareschi, Weber, Comunello, & Nardini, 2006; Oliveira & Gomes, 2011; Machado, 2001; Abritta, Roque, & Ramos, 2015). Esses autores afirmam que esse espaço para reflexão pode produzir mudanças não só nos sentidos de violência, mas na forma que os próprios autores se subjetivam de outros modos, construindo outras possibilidades de ser e de pensar enquanto sujeitos e não exclusivamente como homens autores de violência.

Em termos teóricos, essa pesquisa tentou trazer elementos para se pensar em como esse trabalho com o homem autor de violência tem sido articulado. A escolha por um serviço localizado no Distrito Federal diz respeito à importância dessa política no estado onde é executada e, conseqüentemente no território nacional ao servir de exemplo a outros serviços, e à capilaridade dos diversos núcleos (nove, no total) localizados pelo estado do DF. Além disso, a escolha também ocorreu devido à existência de contatos dos pesquisadores com juizados especiais de violência doméstica desta localidade, facilitando o processo de inserção no serviço e operacionalizando a coleta de dados.

Por vezes, o autor de violência é visto pela sociedade de modo estereotipado, como uma figura desumanizada e marcada por julgamentos. Integrar, portanto, essas pessoas nas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres é tratar do assunto de forma sistêmica, ao passo que é uma alternativa de olhar para o contexto da violência com mais humanidade, tentando compreender as complexas construções sociais, que são, muitas vezes, legitimadoras de violências. Ao focar as nuances da prática ofertada a esse público, busca-se também integrar as falas dos profissionais que compõem esses espaços, a fim de adentrar suas percepções sobre a política ofertada a esse público.

Nesse sentido, o objetivo geral da dissertação foi compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção. Para alcançar esse objetivo, a dissertação foi dividida em dois estudos empíricos. O primeiro teve como intuito compreender as percepções sobre a participação no grupo por homens autores de violência contra as mulheres, no que tange à compreensão de como os participantes do grupo significam a violência, as práticas supostamente cometidas e os sentidos atribuídos à participação no grupo. Complementarmente a esse enfoque, o objetivo geral do estudo 2 foi compreender como os profissionais que coordenam esses grupos avaliam esse serviço, tentando abarcar quais os sentidos atribuídos à violência pelos integrantes da equipe que conduz o grupo, como a equipe compreende a participação no grupo e os efeitos dessa vivência por parte dos homens considerados autores de violência contra as mulheres, como a equipe coordena e maneja os grupos de acompanhamento psicossocial e quais são as principais dificuldades e os principais desafios dos profissionais na atuação neste serviço. A seguir, ambos os estudos serão apresentados de modo detalhado. Ao final, serão trazidas as conclusões da Dissertação, tentando responder aos objetivos aqui delineados.

ESTUDO 1

Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: perspectivas pré e pós-grupo

Psychosocial supporting for men perpetrators of violence against women: pre and post- group perspectives

Resumo

O objetivo deste estudo foi compreender as percepções sobre a participação no grupo de reflexão por homens autores de violência contra as mulheres. O grupo se apresenta como lugar de acolhimento e escuta para o homem, além de representar importante ferramenta na desconstrução de ideias legitimadoras da violência e de um modelo de masculinidade hegemônico, heteronormativo e rígido nos papéis que homens devem exercer na sociedade. Além disso, esse espaço se faz importante na construção de novas formas de subjetivação, socialização e sociabilidade masculinas para possíveis ressignificações de suas trajetórias e narrativas de vida. Os homens percebem a participação como positiva e notou-se mudança de olhares e discursos no que diz respeito à violência, às relações conjugais, à Lei Maria da Penha e à participação no grupo.

Palavras-chave: violência contra a mulher; violência de gênero; grupos focais.

Abstract

The objective of this study was to understand the perceptions about the participation in the reflection group by men perpetrators of domestic violence against women. The group presents itself as a place of reception and listening for man, as well as representing an important tool in the deconstruction of legitimizing ideas of violence and a heterogenous and rigid hegemonic

masculinity model in the roles men must exercise in society. Moreover, this space becomes important in the construction of new forms of male subjectivation, socialization and sociability for possible re-significations of their trajectories and life narratives. The men perceived the participation as positive and noticed a change of looks and speeches regarding violence, marital relations, the Maria da Penha Law and participation in the group.

Key words: violence against women; gender-based violence; focus groups.

A violência contra as mulheres tem ganhado cada vez mais espaço nas investigações acadêmicas, sendo abordada por diferentes concepções analíticas. Nesse movimento, percebe-se também maior atenção aos cenários institucionais e às políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema (Tonelli, Beiras, & Ried, 2017). Para o modelo bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011), a violência envolve ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Portanto, não só a pessoa vítima de violência, mas a família que testemunha e também o autor estão em situação de risco (Koller, 2011).

Compreende-se que esse tipo de violência pode acontecer tanto em ambientes públicos quanto em locais privados, mas, de acordo com as estatísticas, é fundamentalmente no ambiente doméstico onde há maior ocorrência. Ela é praticada, em sua maioria, por homens da família que exercem relações de poder sobre a vítima e, dentro da gama de possíveis autores de agressão, na maioria dos casos, a violência é cometida por homens com quem a mulher tem ou teve algum vínculo afetivo: companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes (Madureira, Raimondo, Ferraz, Marcovicz, Labronici, & Mantovani, 2014; Rosa, Boing, Büchele, Oliveira, & Coelho, 2008; Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, 2011).

A violência, em sua expressão mais extrema, pode resultar em homicídio. Nesse sentido, cabe mencionar a morte de Marielle Franco, mulher, negra, mãe, moradora da favela da Maré e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, que marcou o início do ano de 2018. Sua morte, juntamente com a de tantas outras mulheres brasileiras, mostram que a violência está cada vez mais latente em nossa sociedade (Cerqueira, Matos, Martins, & Junior, 2015). Em relação a esses números, o Mapa da Violência contra a Mulher (Waiselfisz, 2015) conta que eles são muito significativos no Brasil. Em 2013, de acordo com esse documento, o país ocupava a 5ª posição em uma lista de 83 nações. Nesse mesmo ano, 4762 mulheres morreram vítimas de homicídio.

O feminicídio, de acordo com a Lei 13.104/2015 (denominada Lei do Feminicídio), é entendido como o homicídio no qual o crime acontece por razões de condições do sexo feminino (Waiselfisz, 2015; Lei 13.104, 2015). No mesmo ano de 2013, o Mapa da Violência contra as mulheres estimou que 33,2% dos homicídios femininos foram casos de feminicídios praticados por parceiro ou ex-parceiro da vítima, o que representa quatro mortes diárias motivadas pela questão do gênero (Waiselfisz, 2015). Essa categoria de crime é considerada de caráter hediondo, por entender que esses atos atentam contra os valores basilares da sociedade brasileira. De acordo com a mesma Lei, as razões de condição do sexo feminino envolvem crimes nos quais a violência doméstica e familiar está presente, bem como há um menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Lei 13.104, 2015).

Independentemente da forma com que se expressa, a violência favorece o desencadeamento de problemas de saúde às mulheres que estão no ciclo da violência, bem como sempre deixa marcas visíveis e invisíveis em todos os envolvidos (Gomes & Diniz, 2008). Como possibilidade de enfrentamento a esse cenário, há a judicialização da violência, que criminaliza toda ação perpetrada a fim de prejudicar ou causar sofrimento a outrem (Waiselfisz, 2015).

A Lei Maria da Penha (LMP) (Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006) é um dos marcos dessa judicialização e confere grande avanço nesse sentido, ao propor tratar de forma integral o problema da violência doméstica. Em seu texto, oferece conjunto de instrumentos para possibilitar a proteção e acolhimento emergencial à vítima, criando mecanismo para garantir a assistência social à ofendida. Ao mesmo tempo, prevê ações e atendimento à família envolvida na relação violenta, bem como instâncias para tratamento do autor de violência (Lei 11.340, 2006; Cerqueira, Matos, Martins, & Junior, 2015).

Esta Lei, portanto, conferiu legitimidade para que esta modalidade de serviço pudesse ser prevista e incentivada (Tonelli, Beiras, & Ried, 2017). Em contrapartida, embora iniciativas ou programas voltados aos autores de violência contra as mulheres sejam crescentes, eles ainda têm recebido bem menos atenção de órgãos governamentais, não governamentais e dos meios científicos (Lima, Buchele, & Clímaco, 2008).

Os grupos de acompanhamento aos homens autores de violência contra as mulheres, além de serem preconizados pela LMP, estão presentes no texto da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), o qual traz a necessidade de se criar serviços voltados à responsabilização e educação do agressor. Esses grupos são percebidos em alguns estudos (Guimarães & Pedroza, 2015; Cortez, Padovani, & Williams, 2005; Abritta, Roque, & Ramos, 2015; Acosta, Andrade Filho, & Bronz, 2004) que abordam a temática.

De acordo com Oliveira e Gomes (2011), que realizaram uma revisão de literatura sobre o assunto, as características mais encontradas nessas intervenções são: (1) predominam os grupos de homens autores de violência familiar e doméstica contra mulher, mas também há relatos de atendimentos individuais a homens e mulheres, mediação familiar e atendimento às mulheres vítimas; (2) geralmente são grupos reflexivos/educativos e não terapêuticos; (3) os referenciais teóricos mais utilizados nos atendimentos estão situados na perspectiva sistêmica e no construcionismo social, mas também há a abordagem cognitivo-comportamental, a

psicanálise e a mediação de conflitos; (4) os encaminhamentos dos homens para a intervenção são majoritariamente compulsórios, realizados pelo Judiciário e por instituições como abrigos, delegacias, conselhos, mas há relatos de grupos formados por voluntários. Em pesquisa realizada no contexto brasileiro (Beiras, 2014), que mapeou de forma não exaustiva (total de 19 programas responderam ao estudo) as experiências e os serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra as mulheres, percebe-se que, dentre as instituições jurídicas, destacam-se atuações realizadas em tribunais, prefeituras e secretaria de direitos humanos, em parceria com o Ministério Público.

Em sua maioria, as instituições responsáveis pela intervenção são de caráter governamental, o que pode estar relacionado ao advento da Lei Maria da Penha, que recomenda políticas públicas específicas sobre o tema da violência contra mulheres e atuações com os autores de violência. Algumas intervenções começam com mulheres e estendem os serviços aos homens e oferecendo, em sua maioria, atendimentos grupais e individuais (68,4%) (Beiras, 2014).

O núcleo de atendimento à família e aos autores de violência doméstica acompanhado neste estudo é um programa desenvolvido e ofertado pelo Governo do Distrito Federal (DF), por meio da Secretaria de Estado em parceria com o Ministério Público. Nele, é realizado acompanhamento psicossocial aos envolvidos em situações de violência doméstica contra a mulher, tipificadas pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006). Este acompanhamento tem duração aproximada de três meses, ou seja, são de 10 a 12 encontros realizados no intuito de promover reflexões acerca de questões de gênero, comunicação, reconhecimento e expressão dos sentimentos, Lei Maria da Penha, entre outros assuntos relevantes na luta pelo combate da violência contra as mulheres. Os temas são trabalhados por meio de dinâmicas e atividades que suscitam reflexão e discussão dos participantes.

O autor de violência chega ao serviço por meio de encaminhamento da vara de violência doméstica, fruto de um acordo realizado entre ele e o juiz, que determina a Suspensão Condicional do Processo (SCP). Esta é prevista no art. 89 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 e é entendida como forma de solução alternativa para problemas penais, que confere caráter obrigatório ao acompanhamento, devido aos possíveis prejuízos judiciais implicados ao não comparecimento (Tozatte, 2015; Lei 9099, 1995).

De forma geral, os estudos que tratam das intervenções voltadas aos autores de violência contra as mulheres afirmam que os programas devem abarcar as dimensões de gênero nas discussões propostas (Prates, 2013; Saffioti, 2004; Oliveira & Gomes, 2011). Outro ponto a ser explorado nos grupos vai ao encontro de uma abordagem mais relacional, que discute a dimensão afetiva não consciente da violência/agressão conjugal (Oliveira & Gomes, 2011) e trabalhe a responsabilização pelo ato de violência cometido e a desnaturalização da violência cotidiana, estimulando assim mudanças cognitivas, atitudinais e subjetivas que resultem em relações mais equitativas (Coelho, Natividade, & Gaetani, 2008).

Mesmo com os esforços empreendidos no combate a essa realidade, a ideologia patriarcal, que define as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade e que permeia a cultura, as instituições e o próprio sistema judicial, tem se constituído forte obstáculo na luta pela garantia de direitos iguais entre homens e mulheres (Cerqueira, Matos, Martins, & Junior, 2015). Oliveira e Gomes (2011) ressaltam que além de discutir gênero, amor romântico e opressão social, é importante também valorizar falas masculinas sobre seus sofrimentos e necessidade de serem ouvidos, além dos sentidos atribuídos à violência e às relações de poder pelos próprios autores (Beiras, 2012). Sendo assim, observa-se que os estudos sobre masculinidade estão em crescimento dentro das perspectivas feministas (Souza, 2009) e têm feito questionamentos sobre como prevenir e modificar os comportamentos aprendidos socialmente e reproduzidos ao longo dos séculos (Blay, 2014).

Em consonância com esse pensamento, outras perguntas são pertinentes: quem são os autores de violência, o que os leva a atitudes de violência contra mulheres? Pode-se generalizar a figura masculina? O que é ser homem? Como eles percebem a violência? E a mulher? Nesse sentido, compreender como os próprios homens que agrediram mulheres percebem a violência e se percebem diante dela é dar voz a narrativas e construções de subjetividades que fazem parte um processo no qual aspectos pessoais, relacionais, sociais e políticos estão em constante interação. Entendendo que esses sujeitos não devem ser vistos apenas como autores - que estão em situação de risco e de vulnerabilidade, aos quais a violência os expõe -, mas também pelas possibilidades de saúde e proteção e pelos recursos que dispõem para superação dessa situação, o objetivo deste estudo foi compreender as percepções sobre a participação no grupo de reflexão por homens autores de violência contra as mulheres.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo exploratório, amparado na abordagem de pesquisa qualitativa, de corte longitudinal e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores (CAAE nº 2.110.458) (Anexo A).

Participantes

Participaram deste estudo 20 homens que foram encaminhados pela vara de violência doméstica de uma região administrativa do Distrito Federal a fim de serem acompanhados por um serviço que atende autores de violência contra as mulheres e seus familiares. Os participantes teriam que preencher os seguintes critérios de inclusão: (a) serem homens encaminhados pela vara de violência doméstica da região referida; (b) serem maiores de 18 anos; (c) serem homens que foram direcionados a participar do grupo de reflexão. A escolha por este critério foi a de acompanhar o homem que participasse do grupo, já que no serviço esse

acompanhamento pode ocorrer apenas individualmente, mesmo que esses casos se configurem como exceção no programa. Todos os participantes que seriam direcionados aos grupos em um determinado tempo de acompanhamento do serviço foram contatados.

Durante a coleta de dados houve perda amostral devido à desistência de alguns homens da participação no grupo, que ocorreu tanto no início (participantes que não compareceram em nenhum encontro) ou no andamento do processo grupal (participantes que faltassem mais de três vezes são desligados do acompanhamento e reencaminhados para outro grupo). A tabela a seguir traz a caracterização da amostra e se o homem finalizou ou não o acompanhamento grupal. Alguns homens entrevistados não participaram do mesmo grupo de acompanhamento, sendo que no serviço mais de um grupo acontece concomitantemente. Durante a apresentação dos resultados, serão utilizados nomes fictícios em respeito às disposições éticas.

Tabela 1. *Identificação dos Participantes (N=20)*

Média de Idade	Profissão	Escolaridade	Finalizou o grupo?
37,9 anos	Ajudante de motorista (1)		
	Autônomo (2)		
	Caminhoneiro (1)		
	Carregador (1)		
	Comerciante (3)		
	Conferente (1)	Fundamental Incompleto (8)	
	Eletricista (1)	Fundamental Completo (4)	
	Encarregado de pedreiro (1)	Médio Incompleto (3)	Sim (14)
	Frentista (1)	Médio Completo (2)	Não (6)
	Militar (1)	Superior Incompleto (2)	
	Motoboy (1)	Pós-graduação completa (1)	
	Motorista (1)		
	Pedreiro (2)		
	Servidor Público (2)		
	Vidraceiro (1)		

Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram o Diário de Campo e dois roteiros de entrevista semiestruturados. De acordo Duarte (2002), o diário de campo é uma ferramenta que permite construir significados para leitura/interpretação dos dados. Nele foram registradas informações sobre a inserção ecológica (Koller, Morais, & Paludo, 2016) da pesquisadora no serviço: como ocorreu o contato inicial com a equipe e como ele se estendeu a cada ida ao núcleo; como foram os encontros grupais bem como as entrevistas com os homens; quais falas marcaram o grupo; quais foram as impressões e sentimentos sobre os encontros grupais e sobre as discussões de gênero pela pesquisadora; além de demais aspectos relacionados à vivência no serviço e o contato com os autores de violência. Os dois roteiros de entrevista semiestruturados (Scorsolini-Comin, 2016) foram aplicados em entrevistas face a face e de forma individual com cada um dos participantes. O primeiro roteiro (Apêndice A) foi aplicado antes do início do grupo no intuito de investigar aspectos relacionados à vida do sujeito, à sua possível participação no grupo de acompanhamento e suas expectativas quanto ao serviço. No segundo roteiro de entrevista (Apêndice B), aplicado após o término do grupo, questionamentos foram feitos sobre a participação do sujeito, suas percepções acerca do programa e da equipe, bem como planejamentos futuros, pós intervenção.

Procedimento

Coleta de dados

Foi realizado contato com a equipe do serviço e com a Secretaria de Estado, que é responsável pela execução do programa, para apresentação da proposta de pesquisa. Após as dúvidas esclarecidas e posterior anuência de ambas (Anexo B), a pesquisadora decidiu, juntamente com a equipe, como se daria o contato com os homens encaminhados ao serviço. Antes do início do grupo, a equipe realiza um acolhimento, que pode se estender para mais de um encontro individual dependendo da demanda do atendimento, com cada possível participante. Assim, ao entrar em contato com os homens que estavam na fila de espera para

informar sobre o início do grupo e marcação do acolhimento, a equipe informava da pesquisa. Ao chegarem ao serviço, os homens passavam pelo acolhimento com um dos integrantes da equipe, ocasião na qual eram explicadas questões sobre o acompanhamento psicossocial via grupal. Ao final desse momento, a pesquisadora adentrava a sala para realizar o convite de participação, ressaltando as questões éticas, tais como: o caráter voluntário, anonimato, possível interrupção da participação a qualquer momento e não obrigatoriedade. Após esclarecimento das dúvidas e anuência do homem, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) era assinado e a entrevista iniciada. Todos os homens convidados concordaram com a participação no estudo. Ao finalizar os encontros grupais, a equipe marca com cada um dos participantes uma devolutiva, momento no qual o homem é questionado sobre sua participação, quais foram suas percepções sobre as discussões e sobre o processo de acompanhamento. Após essa conversa, a pesquisadora aplicou o roteiro pós-participação grupal.

As entrevistas foram realizadas em sala reservada no núcleo em questão, que se localiza no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O ambiente onde elas ocorreram assegurou conforto material e psicológico ao participante. Elas foram audiogravadas e posteriormente transcritas na íntegra e literalmente. Apenas um participante não permitiu a audiogravação da entrevista pré-participação no grupo, mas os dados da entrevista foram anotados pela pesquisadora, buscando ser fiel às falas e demais expressões do entrevistado.

Após algum tempo de inserção no programa, a equipe autorizou a presença da pesquisadora no grupo de acompanhamento aos homens, desde que não houvesse audiogravação dos encontros, a fim de assegurar que a dinâmica grupal não fosse afetada devido à insegurança dos participantes sobre o sigilo das informações. Desta forma, a solicitação foi atendida e dez encontros grupais foram acompanhados. Todos os homens desse grupo assinaram um termo (Apêndice D) autorizando a participação da pesquisadora e registro de

informações para posterior utilização em estudos científicos. A pesquisadora participou dos encontros na condição de psicóloga, devido à sua formação, tendo o aval da equipe para realizar intervenções e apontamentos sobre as discussões. A decisão sobre como se daria essa inserção foi compartilhada por ambas as partes (equipe e pesquisadora), entendendo que, dessa forma, a presença da pesquisa não iria interferir de forma significativa a dinâmica grupal. O grupo acompanhado foi coordenado por dois profissionais membros da equipe, um homem e uma mulher, uma estagiária e a pesquisadora. A coleta de dados foi realizada de maio a dezembro de 2017 e o *corpus* analítico deste estudo foi composto pelos registros no diário de campo e pelas transcrições das entrevistas pré e pós-participação grupal dos homens autores de violência contra as mulheres.

Análise dos dados

As entrevistas foram organizadas pelos procedimentos da análise de conteúdo temática de Braun e Clarke (2006), que incluem: familiarização dos dados; geração de códigos iniciais, a fim de organizar os dados em grupos significativos; busca de temas que apareceram nos agrupamentos de dados; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e produção do relatório final. Foram realizadas, em um primeiro momento, análises verticais (análise de cada entrevistas individualmente) e posteriormente análises horizontais (análise no conjunto de entrevistas), a fim de revelar pontos compartilhados e divergentes entre as entrevistas. As referências dos registros do diário de campo foram trazidas de modo complementar às entrevistas com os homens em acompanhamento, a fim de explicitar posicionamentos e ressonâncias na pesquisadora no fazer da pesquisa, sobretudo no campo empírico. A interpretação dos dados produzidos a partir das entrevistas e do diário de campo foi pautada no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) de Bronfenbrenner (2011) e na literatura da área. As questões de gênero passaram por análises amparadas na teoria de Joan W. Scott (1995).

O MBDH estuda o desenvolvimento humano por meio da interação mútua e progressiva do indivíduo ativo e as propriedades em transformação dos meios imediatos que ele vive em quatro níveis: Pessoal, Processual, Contextual e Temporal (Bronfenbrenner, 2011). Já a teoria de gênero aqui utilizada compreende que o gênero é a forma primeira de significar as relações de poder. Ele é o elemento constitutivo das relações sociais e é baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, é construído socialmente de acordo com a distribuição de poder relacionada ao binarismo sexual (Scott, 1995). Não é a diferença sexual por si só que organiza as relações entre homens e mulheres, mas sim as relações de poder que definem como os sexos devem manter suas interações (De Tilio, 2014).

Resultados e Discussão

De acordo com a Tabela 1, os participantes têm, em média, 37,9 anos, sendo 40% da mostra ($n = 8$) com ensino fundamental incompleto e apenas 5% ($n = 1$) com pós-graduação. A profissão mais recorrente foi a de comerciante (3 vezes mencionada) e 19 homens foram encaminhados pela primeira vez ao serviço, ou seja, não são frutos de reencaminhamentos, sendo que apenas um participante está no serviço pela segunda vez. Seis (30%) dos participantes não finalizaram o grupo, sendo que dois nunca foram a algum encontro e quatro faltaram mais que três vezes e foram desligados pela equipe. A partir dos resultados da análise de conteúdo, três grandes eixos temáticos foram construídos, permitindo apreender como os homens compreendem suas participações grupais. Salienta-se, por fim, que ao mencionar os autores das falas na íntegra, além do nome fictício, constarão a profissão e idade, respectivamente.

O modelo bioecológico do desenvolvimento humano resgata o papel ativo, interativo e de protagonista do indivíduo como agente de mudança, rompendo com algumas premissas em que o sujeito apenas recebe influências do ambiente. Nesse sentido, pensando nos serviços que

realizam acompanhamento psicossocial a autores de violência contra as mulheres, integrar as vozes dos homens que cometeram atos violentos é colocar a pessoa como foco de análise, levando-se em conta suas características biopsicológicas (disposição de força, recursos e demanda), os processos proximais, e as estruturas de contexto (micro, meso, exo e macrossistema) e tempo (micro, meso e macrotempo) dos sistemas os quais faz parte, possibilitando uma leitura mais global e integrada sobre a violência e sobre a participação dos homens nesses contextos, bem como as nuances de todo esse processo (Bronfenbrenner, 2011; Koller, 2011). Sabe-se que uma investigação está longe de alcançar os pré-requisitos de um modelo ecológico, já que muitas vezes a atenção é voltada principalmente ao contexto imediato em que a pessoa está inserida (microsistema) (Mendes, Pontes, Silva, Bucher-Maluschke, Reis, & Silva, 2008), mas, neste estudo, tentar-se-á abarcar os quatro elementos de análise da teoria bioecológica.

Os autores de violência, suas percepções e expectativas sobre a participação no grupo de reflexão

Os homens, encaminhados pela vara de violência doméstica, chegam ao serviço de formas variadas, revelando que se sentem humilhados: *“Eu acho particularmente humilhante, nunca prestei queixa de nada, nunca ninguém prestou queixa de mim, porque eu nunca fiz um ‘A’ na minha vida”* (Weder, comerciante, 62 anos); constrangidos: *“Pra mim é constrangedor, não é fácil”* (Rodolfo, militar, 51 anos); incomodados: *“Incomoda muito, porque cê tem que vim”* (Íres, pedreiro, 47 anos); revoltados e prejudicados: *“Prejudicado assim, como que deve os dois, os xingamento das duas partes, então tinha que revê, o dois tinha que paga”* (Ivan, ajudante de motorista, 30 anos). Alguns esboçaram, também, sentimento de chateação: *“Chateado por mim memo. Eu fui errado”* (Vinícius, motorista, 40 anos), por terem cometido o ato violento. Em contrapartida, uma parte da amostra disse sentir-se tranquila com

cumprimento das medidas estipuladas: *“É normal, se tem que cumprir, tem que cumprir. Pra mim é tranquilo”* (Iron, frentista, 26 anos), ao passo que Felipe (servidor público, 31 anos) justifica esse posicionamento afirmando: *“Isso pode acontecer com qualquer um, é só um momento de perder a cabeça. Eu não me vejo como uma pessoa de má índole por isso”*.

Os sentimentos descritos ajudam a compreender os resultados obtidos sobre a concordância em participar do grupo, com ou sem o acordo judicial. A Tabela 2 traz esses dados e inclui os motivos pelos quais os participantes estão no programa.

Tabela 2. *Justificativas para a participação no grupo*

Justificativas para a participação	Concorda com a participação?	Se não tivesse acordo judicial, participaria mesmo assim?
Ameaça contra ex-companheira (4)		
Agressão física contra conhecida (2)		
Agressão física contra companheira (5)		
Agressão física contra ex-companheira (5)	Sim (15)	Não sabe (1)
Agressão verbal contra conhecida (1)	Não (5)	Sim (11)
Agressão verbal contra companheira (1)		Não (8)
Agressão verbal contra ex-companheira (1)		
Violência patrimonial contra ex-companheira (1)		

Conforme os dados da tabela 2, 15 dos entrevistados concordam com a participação no grupo de acompanhamento. Desses, oito justificaram suas respostas dizendo que concordam *“Porque eu assinei”* (Carlos, vidraceiro, 30 anos), já que *“foi um acordo que eu fiz com a Justiça né, quando a gente responde criminalmente pela Maria da Penha”* (Guilherme, servidor público, 37 anos) e *“todo mundo que passou por essa lei vai ter que participar. Então é padrão, né”* (Bruno, autônomo, 28 anos). Os demais (7) afirmaram que a participação estava sendo motivada pelo fato de ser uma oportunidade de aprender, de conhecer pessoas e histórias, conversar e receber conselhos, além de ser importante, pois *“a gente tem que ser chamado a atenção, ser corrigido pra não erra mais”* (Vinícius, motorista, 40 anos). Os que não concordaram (5) alegaram: que a culpa da briga também é da outra pessoa envolvida, *“porque*

tudo que aconteceu, ela que provocava, ela também tá errada” (Ivan, ajudante de motorista, 30 anos); que se sentiram injustiçados por não terem sido ouvidos; que se percebem com tempo limitado para se deslocarem ao núcleo toda semana; e que não acreditam que precisem participar: *“Não, eu não concordo. Porque não é necessário. Não acho que haveria necessidade pra mim”* (Bruno, autônomo, 28 anos). Os números mudam quando questionados se o fator da não obrigatoriedade estivesse presente, mas, mesmo assim, afirmam entender que o grupo pode ser um momento de aproveitamento para se tornarem pessoas melhores.

Compreender como se dá a inserção do homem no serviço se faz importante no sentido de contextualizar os sentimentos e expectativas sobre a participação e, conseqüentemente, como cada um irá experienciar e interpretar o acompanhamento psicossocial. Nota-se, portanto, que os sentimentos negativos sobre o encaminhamento para o grupo estão ligados, também, a queixas relevantes sobre como esse encaminhamento acontece desde o momento que tiveram que ir à delegacia até o dia da audiência. A sensação de que não foram ouvidos em nenhum dos lugares que passaram, tal como Alexandre (conferente, 47 anos) e outros 11 participantes alegam: *“porque desde o começo eu achei injusto, que eu não ser ouvido no dia que fui na delegacia”*, gera neles sentimento de revolta e insatisfação por terem que comparecer ao serviço. Durante os primeiros encontros do grupo esses sentimentos ainda permeiam as discussões, fato que levou a equipe a convidar um representante da promotoria e da defensoria pública para participar de um dia de encontro, a fim de possibilitar aos homens um momento para tirar suas dúvidas sobre a Lei Maria da Penha.

Há também relação dos sentimentos mencionados à não concordância em participar com a mudança de autoimagem dos homens, entendendo que o envolvimento com a Justiça os tornam mal vistos pela família e sociedade. Além disso, atribuem dificuldades diversas em saírem de seus serviços mais cedo para participar do grupo: *“Às vezes a pessoa perde até serviço por causa de um negócio desse aqui”* (Alexandre, conferente, 47 anos). Tudo isso

corroborar com a sensação de que, por mais que tenham concordado com o acordo da SCP, a participação é uma forma de condenação e punição, pois terão que cumprir as determinações estipuladas: *“Pra mim foi uma pena. Já que eu tô aqui, tem que pagar, né, paga por tudo que tá sendo processado contra mim né”* (André, autônomo, 35 anos).

Por meio desses relatos, fica notório que os elementos de força, recursos biopsicológicos e de demanda, que abarcam as características de *Pessoa*, balizam os processos proximais futuros, como a participação no grupo. As características geradoras, tais como a curiosidade e disposição para engajar-se no grupo, bem como as características desorganizadoras, como apatia, desânimo e revolta, são indicadores importantes a serem observados pela equipe no sentido de buscar entender as trajetórias que esses homens trazem ao chegarem ao serviço. Esses indicadores traduzem também aspectos voltados ao *Contexto* (níveis ambientais) nos quais estão inseridos, por exemplo, nos microssistemas – família, trabalho, rede de amigos – na forma com que eles se organizam e são experienciados pelos homens no que diz respeito à situação de cumprimento da determinação judicial (Bronfenbrenner, 2011; Koller, 2011). O participante Rodolfo (militar, 51 anos), para ilustrar, relata que não sente apoio da família sobre o ocorrido: *“Fui julgado, todo mundo me julgou, entendeu? Senti na pele isso aí”*.

As estruturas do macrosistema também aparecem nas falas que culpabilizam as mulheres pelo cometimento da violência. Há, na cultura heteronormativa patriarcal, uma necessidade dos homens de afirmação da masculinidade, que é percebida no repúdio e desqualificação do que é feminino e do que os coloca em vulnerabilidade (Blay, 2014; Banin & Beiras, 2016). Essa ideia é construída socialmente, por meio dos símbolos disponíveis na cultura, que evocam representações simbólicas sobre o que é ser homem e a masculinidade e o que é ser mulher e a feminilidade (Scott, 1995).

Ainda, sobre a tabela 2, o principal motivo do encaminhamento do homem para participação no grupo foi por cometimento de agressão física contra suas companheiras ou ex-

companheiras (12): *“Aí eu tava batendo nela, dei uma pedrada nela, aí saiu sangue, aí os vizinho chamo a polícia”* (Francisco, pedreiro, 36 anos). Eles justificam de forma contundente que as mulheres foram as responsáveis por iniciarem a briga e a “partirem pra cima” deles: *“Eu cheguei e comecei a discutir com ela verbalmente. Ela veio pra cima de mim pra me agredir, eu empurrei ela e ela bateu no sofá e aí chamou a polícia”* (Alexandre, conferente, 47 anos). Nesse sentido, a mulher é vista como culpada pela discussão ou briga, já que ela os “provocaram”, fazendo com que se sentissem ofendidos e humilhados: *“porque se a gente se sente provocado, humilhado, ofendido, a gente pode responde no reflexo”* (Vinícius, motorista, 40 anos). Em alguns casos, a agressão foi justificada pelo fato de um ou ambos estarem sob efeito de álcool: *“Não vou mentir, tá, nós tinha bebido. Esse dia a gente bebeu um pouco mais a cerveja”* (Artur, encarregado de pedreiro, 54 anos). De forma geral, todos declaram que a situação que causou a ocorrência policial foi um episódio isolado, ao passo que seis dos homens estão no mesmo relacionamento.

Os relatos demonstram que há uma banalização, minimização e negação por parte dos homens em relação à violência cometida que, muitas vezes, é reforçada pela cultura sexista (macrossistema), naturalizada em jargões que fazem parte da linguagem: “um tapinha não dói”, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, entre outros (Koller, 2011; Narvaz & Koller, 2006b), construindo um repertório no qual há a naturalização da violência e a minimização de suas consequências. Os participantes não percebem que as maneiras que reagiram às situações conflituosas foram abusivas, ocasionando uma resposta desproporcional com consequências graves às ofendidas.

É importante salientar o caráter relacional, complexo e interdisciplinar da violência contra as mulheres (Banin & Beiras, 2016). Dessa forma, cabe trazer à discussão a necessidade de também incluir a mulher ofendida no acompanhamento, a fim de buscar um trabalho sistêmico, possibilitando um cuidado e prevenção de novas situações de violência entre o casal,

já que em muitos casos, a mulher permanece na relação.

De forma geral, eles esperam que no grupo possam sentir-se mais aliviados, aprender a lidar melhor com seus conflitos e relações, fazer novas amizades e contribuir com os demais participantes. Devido ao fato de alegarem não terem sido ouvidos nos diversos lugares que passaram, dois participantes falaram de forma explícita que: “*espero se ouvido. Coloca a minha, minha... dá a minha opinião sobre a lei né*” (Ivan, ajudante de motorista, 30 anos). Essa necessidade de escuta e fala foi percebida tanto nas entrevistas iniciais quanto nos encontros do grupo acompanhado.

Quando questionados sobre como o grupo iria funcionar, bem como o que eles acreditariam que aconteceria nos encontros, alguns participantes trouxeram outras referências de arranjos grupais conhecidos, como os que são transmitidos em programas televisivos, os de apoio a dependentes químicos, os religiosos, entre outros. Suas ideias permeiam modelos como palestras, reuniões e ações voltadas para “*reabilitação social no sentido de ficarem aptos a relacionarem com suas esposas*” (André, autônomo, 35 anos).

Diante dessas falas, percebe-se que os homens têm dificuldades em significar suas participações no grupo para discutirem questões sobre o que é ser homem, sobre a construção da(s) masculinidade(s), sobre sentimentos, e sobre questões que tangenciam gênero e a desconstrução de papéis sociais de homens e mulheres que legitimam a violência. Esse movimento não é comum ao universo masculino já que a constituição da masculinidade ideal e hegemônica exige do homem a repressão das emoções, a força física, a virilidade, a garantia do seu sustento e da família, e a agressividade (Lima, Buchele, & Climaco, 2008). As motivações para participação giram em torno, principalmente, do cumprimento da determinação judicial, já que eles demonstram interesse em “*terminar o grupo logo*” (André, autônomo, 35 anos) e “*mostrar pras pessoas e pra mim mesmo que não sou uma pessoa ruim*” (Rodolfo, militar, 51 anos).

Assim, mais do que um caráter punitivo, educativo ou de recebimento de informações, o grupo é significado como um espaço a partir do qual o homem pode alçar a sua redenção, como se os atos praticados pudessem ser perdoados e pudesse haver uma certificação social de que haveria ali um novo homem. As expectativas, portanto, sinalizam para um movimento no qual o grupo possa contribuir com a situação, em um movimento que parte do externo (outros homens, equipe), mais do que do próprio autor, em uma perspectiva de responsabilização, de amadurecimento pessoal e de assunção de comportamentos sociais mais adequados e protetivos. Em outras palavras, as expectativas desses homens muitas vezes não recuperam as suas próprias potencialidades nesse processo, mas justamente uma intervenção que se dá por vias externas, a partir do trabalho de outrem, com menor reflexão sobre si como fonte de recursos e possibilidades de ressignificação de vida e condutas.

A construção da(s) masculinidade(s) e sua interface com a violência

Nesta categoria, tomar-se-á como parâmetro que as relações de poder entre homens e mulheres são desiguais e que essa construção está ancorada na categoria de gênero que, para Scott (1995), se dá nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, ele transforma seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais. Desta forma, gênero é um conjunto de sentidos dinâmicos, não definidos biologicamente, mas construídos nas relações de poder entre homens e mulheres (De Tilio, 2014).

Por se tratar de uma construção social e dinâmica, passível de transformação, pode-se inferir que há uma necessidade de desconstrução de determinadas simbologias arraigadas na sociedade, que legitimam o ciclo orquestrado do masculino como expressão dominante, como categoria estática, como regulador da força, na qual a violência se mostra como uma forma de dar significado à sua expressão, além de instrumentar sua manutenção (Blay, 2014). Nesse sentido, Beiras (2012) salienta ser imprescindível, no trabalho grupal com homens autores de

violência contra as mulheres, trazer discussões sobre a construção de masculinidade(s) e suas relações com a violência e formas de manutenção do poder, buscando construir caminhos alternativos ao dominante, além de possibilitar construções de subjetividades masculinas nas quais a violência não seja constituinte em suas estruturas.

No serviço em questão, gênero é um tema basilar e que circunda todos os encontros grupais. Por meio de dinâmicas e atividades reflexivas, a equipe tenta questionar e desconstruir percepções de masculino e feminino que estejam amparadas em ideias sexistas, machistas e polarizadas. Sendo assim, a fim de alcançar maior investigação sobre quais são as construções de homem e masculino que os participantes têm quando chegam ao núcleo para o acompanhamento, buscou-se compreender como eles se percebem como homens e como esse discurso circunda suas relações, práticas sociais e os processos de socialização e sociabilidade masculinas (Medrado & Lyra, 2003; Lima & Buchele, 2011). Para a maioria dos participantes ($n = 11$) ser homem, levando em consideração a organização que a sociedade tem frente aos papéis sociais de homens e mulheres, é uma tarefa difícil e complicada, *“primeiro porque a sociedade pede que você seja uma pessoa madura pra lidar com situações, segundo as responsabilidades que você tem no dia a dia”* (André, autônomo, 35 anos). Tais responsabilidades foram relacionadas principalmente aos cuidados com a família *“é só eu em casa pra cuidar de tudo, água, luz, senão atrasa tudo”* (Breno, comerciante, 29 anos)/ *“Ser pai de família, tem que coloca as coisas dentro de casa, protege a família, ensina os seus filhos o que é certo e errado”* (Bruno, autônomo, 28 anos).

A identidade masculina foi também associada ao fato de *“não ter nenhum envolvimento com a Justiça, ter o papel perante a sociedade limpo, ser uma pessoa idônea, honesta e trabalhadora”* (Felipe, servidor público, 31 anos). Ainda sobre esse aspecto, Rodolfo (militar, 51 anos) traz fortemente que sente que deixou de ser homem e ficou marginalizado devido ao

processo judicial, ressaltando que *“você não tem que mostrar pra você que é homem, você tem que mostrar pra sociedade que é homem”*.

Os demais participantes ($n = 9$) responderam que não se incomodam ou consideram sofrido exercer seus papéis masculinos, tendo em vista que levam suas vidas de forma tranquila e conseguem realizar as atividades diárias sem dificuldades. De forma geral, os homens percebem que sofreram influência de seus pais, mães, irmãos e outras pessoas importantes em suas criações, para serem as pessoas que são hoje: *“Por causa dos meus pais, porque eles sempre falavam assim: ‘pra se preto e pobre não é defeito. Defeito é não ser homem’”* (Artur, encarregado de pedreiro, 54 anos).

Assim, pode-se perceber que as características atribuídas ao masculino por parte dos participantes reafirmam o papel social de quem pode frequentar espaços externos ao lar, que podem e devem exercer a função de provedores e, muito fortemente, expressar a noção de correção moral, de manutenção do caráter e da honestidade, inclusive transmitindo aos filhos os seus exemplos de “ser homem”. Nesse movimento discursivo, pressupõem que a participação no presente grupo não é sinônimo de um desvio nessa função moralizante, de modo que ainda permanecem como modelos de correção, caráter ou, em outras palavras, continuam sendo homens. Esse movimento acaba por diminuir a importância e a repercussão dos atos praticados contra as mulheres, na busca por redenção.

Percebe-se que as várias construções que circundam o imaginário dos homens sobre o que é ser homem estão intimamente ligadas a construções históricas, passadas de geração em geração, dos atributos, atividades e funções que um homem deve exercer na sociedade. Scott (1995) compreende que gênero, além de ser uma categoria microsociológica, que diz da internalização e identificação do sujeito sobre as diferenças sexuais, é também uma categoria analítica, na medida em que busca entender as relações de gênero a partir da história, ou seja, dos símbolos culturais que constroem as relações humanas (De Tilio, 2014).

Percebe-se que, no que diz respeito à internalização e identificação do sujeito perante sua autopercepção como homem, há uma necessidade de se reafirmarem constantemente pela via do discurso. Portanto, essa afirmação está em construção a depender dos lugares onde o sujeito se insere (*Contexto*), das relações que ele estabelece (processos proximais) e do momento sociocultural em questão (macrotempo e macrossistema) (Koller, 2011). Aqui, nota-se que a palavra é o que reafirma, é o que dá lugar aos homens para estarem em suas posições de dominação e, a partir do momento que encontram obstáculos perante essa afirmação, a via da violência pode ser uma resposta possível (Cossi & Dunker, 2017).

As diversas influências que tiveram no percurso de suas vidas, em alguns casos, não foram positivas, já que 11 participantes relataram já terem vivido em ambientes violentos. Essa realidade foi presenciada em suas famílias de origens: pais contra mães, cunhado contra irmã, pai contra o participante, e entre outros membros; nas ruas e bares (comunidade); na profissão; e na cadeia, tendo em vista que alguns já foram presos, por conta da situação de violência ou por outro motivo: *“Tinha violência quando meu pai morava com a minha mãe, lembro que tinha muita briga. Às vezes eu separava e meu pai batia em mim também”* (Bruno, autônomo, 28 anos)/ *“A gente via as brigas entre eles (pai e mãe) e ele já tentou me matar também”* (Tiago, comerciante, 21 anos)/ *“Meu pai batia na minha mãe. Teve um dia que a casa tava suja, ela tomou uma surra, no outro ela foi frita um ovo pra ele, a gema do ovo estourou, outra surra, outra porrada”* (Vinícius, motorista, 40 anos). A exposição à violência na família de origem é trazida, desse modo, não como uma justificativa para as ações violentas contra as mulheres, mas compõem um repertório de vulnerabilidades, assim como fortemente destacado pela literatura científica (Heise, 1998; Kwong, Bartholomew, Henderson, & Trinke, 2003; Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschkea, Almeida, & DeSouza, 2009).

A categoria *Tempo*, nos estudos ecológicos, identifica estabilidade e instabilidade nos ambientes e conseqüentemente no ciclo vital da pessoa, refletindo questões do processo de

desenvolvimento em si, permitindo uma visão contextualizada das experiências, das sucessivas transições nas relações pessoa-ambiente e da interdependência das influências sociais e históricas. Dessa forma, pode-se pensar que o macrotempo está permeado de histórias de violências, de vivências de relações nas quais os homens tiveram que lidar com o fator da agressão física, do xingamento, da ameaça, entre outros fatores durante seu ciclo de vida. Além disso, percebe-se que no nível de microtempo há uma continuidade de processos proximais balizados por práticas violentas, tendo em vista que seis homens alegaram que as relações conjugais eram/são difíceis e muito conturbadas, fazendo com que as brigas fossem mais recorrentes e com grandes chances de gerar consequências mais sérias (Bronfenbrenner, 2011; Koller, 2011).

Uma parte da amostra ($n = 9$) considera que tem dificuldade em dialogar e expor o que sente, por isso fica facilmente nervosa em situações de conflito: *“me considero assim, porque eu não sei desabafar, não confio em outra pessoa, guardo aqui dentro de mim, e às vezes tem hora que explodo, aí me sinto um pouco violento”* (Rodolfo, militar, 51 anos). Além disso, esses participantes relacionaram episódios de maior descontrolo a situações que tiveram dificuldades em lidar com ciúme, mentiras, gritarias, desconfiança, entre outras. Demais justificativas associadas a essa característica foram: viverem em núcleos familiares nos quais as pessoas são “nervosas” e “explosivas” *“por causa que meus irmãos eram assim, sabe? Isolados, sabe?”* e acreditarem que essa característica é típica dos homens.

Há aqueles que se percebem ansiosos ($n = 3$), ao invés de nervosos, o que os fazem ficar estressados, reagindo, assim, de forma agressiva às situações. Os demais ($n = 8$), justificam que agiram de forma a prejudicar suas companheiras por conta de diversos fatores – estarem sob efeito de álcool, terem sido provocados, terem se sentido envergonhados, reagirem à agressão da mulher – não incluindo a própria responsabilização perante a violência cometida: *“[...] por causa da bebida, porque, se ela não tivesse chegado ‘cachaçada’ do jeito que ela chegou, não*

tinha briga” (Marcos, eletricista, 50 anos)/“Provocação, ela me provocou demais. Ela passou na minha frente, ela veio me provoca que ela tava com outro” (Íres, pedreiro, 47 anos).

Os homens associam características biopsicológicas como um dos fatores responsáveis pela violência ocorrida, tais como a dificuldade em expressar seus sentimentos, bem como em controlar o nervosismo em situações estressantes e de conflito, lembrando que nenhuma característica exerce influência no desenvolvimento de forma isolada, pois precisa ser compreendida no entrelaçamento das características da pessoa e do ambiente (Koller, 2011). Ao nomearem o “nervoso”, o “ansioso” e aquele que “explode”, por exemplo, manifestam haver sentimentos que não podem ser controlados e com pouca possibilidade de manejo, justificando a violência como a expressão desses elementos que não podem ser barrados, compreendidos e redirecionados. Essa dificuldade de manejo é naturalizada em suas histórias, sendo atribuídas também a pessoas do seu entorno, inclusive às mulheres que sofreram violência. Essas explicações trazem à baila um caráter irascível fortemente veiculado em seus contextos de referência como sendo uma característica pessoal, algo aceito como verdadeiro, fixo, quase imutável.

Além disso, é importante salientar que a família é responsável pelo desenvolvimento e cuidado de seus membros, constituindo-se como primeiro ambiente de socialização e cumprindo papel importante na constituição subjetiva e identitária dos sujeitos (Foucault, 2014). Sendo assim, é na família que valores e regras relacionadas à sexualidade e gênero são transmitidos, pois muitos são os marcadores de gênero que a atravessam. Esses marcadores influenciam a determinação de papéis e formação de subjetividades (Ferreira & Aginsky, 2013), ditando que os homens devem se comportar de maneira a não falar de sentimentos, já que esta característica é vista como pertencente ao feminino (Mason & Mason, 1994). Durante o grupo, alguns homens afirmaram que já ouviram de seus pais que homem não deve chorar ou já foram mandados “engolir o choro”, já que esse comportamento não é aceitável para meninos.

Da mesma forma, todos disseram que quando precisam chorar, normalmente não o fazem em público, choram escondidos e sozinhos e, quase nunca, pedem ajuda quando estão passando por dificuldades.

Alguns dos participantes não compreendem que suas práticas perante a mulher foram violentas e muitos, quando questionados sobre como a violência contra as mulheres pode acontecer, evadiram das respostas dizendo não saber. Os que responderam compreendem que ela pode ocorrer de diversas formas: física, verbal e psicológica, e ainda incluíram a discriminação, práticas de insulto, xingamentos e proibições. Percebe-se que as violências patrimonial e sexual não foram mencionadas. Durante as respostas, os participantes expuseram suas discordâncias quanto à violência de um homem contra a mulher, argumentando que *“ela é bem mais fraca que o homem, então é por isso que eu acho um absurdo o home agredir a mulher”* (Artur, encarregado de pedreiro, 54 anos).

Entender como os homens que cometem a violência contra as mulheres percebem esse fenômeno é de fundamental importância no trabalho de reflexão sobre essa problemática. Sendo assim, alguns encontros grupais são direcionados a estudar os tipos de violência que a Lei Maria da Penha dispõe em seu texto, no intuito de informar e conscientizar o participante sobre o leque de possibilidades que a violência pode se apresentar.

Eles atribuem que a falta de confiança, ciúme, traição, mentira, falta de comprometimento, condição financeira, vícios, estresse, falta de diálogo, discórdia, pirraça, rotina, falta de respeito, uso de álcool e provocação são os principais motivos para a violência aparecer em uma relação. Percebe-se que as razões elencadas pelos homens estão, na maioria das respostas, associadas às situações que geraram a briga e conseqüentemente o episódio de violência.

As construções do masculino tangenciam também as construções do feminino. Sobre esse aspecto, percebe-se que, em sua maioria ($n = 18$), os participantes acreditam que homens

e mulheres devem ter direitos iguais na relação e que o movimento de mais mulheres no mercado de trabalho é positivo ($n = 17$), justificando que isso os ajudaria a dividir a carga pesada de contas em casa. Os contrários a essas ideias afirmam que o limite da relação “*quem manda é o casal*” e que “*a mulher tem que fazer o papel dela e o homem faz o papel dele*” (Joaquim, caminhoneiro, 53 anos), uma vez que os papéis femininos estão voltados ao trabalho doméstico, como cuidar da casa e dos filhos. Além disso, os que discordam da saída mulher do ambiente doméstico para fora dele afirmam que se sentem prejudicados, já que os homens terão que começar a fazer atividades domésticas: “*o ruim é que vai ficar desempregado, e é o homem que vai ter que prestar serviço pra mulher dentro de casa*” (Ivan, ajudante de motorista, 30 anos) e que as mulheres sairiam prejudicadas nessa igualdade de direitos, já que os casamentos diminuíram: “*quando a mulher era mais dependente o homem, o casamento durava mais, a coisa era melhor*”. Dois participantes falaram de forma explícita que “*a mulher tem que cuidar de casa, dos filhos, botar eles pra ir pra escola e tal. Fazer almoço, lavar as roupas, chegar as roupa tá limpinha, comida pronta, casa arrumadinha*” (Francisco, pedreiro, 36 anos).

Esses posicionamentos destacam claramente o poder do homem sobre a mulher, em uma relação assimétrica. As posições de homens e mulheres seriam estanques e deveriam ser mantidas, segundo alguns participantes, de modo que as mudanças nessa estrutura (a mulher no mercado de trabalho, fora de casa, por exemplo) é que promoveriam alterações na família, predispondo um maior número de conflitos. Ao existir uma possibilidade de que diferentes posições sejam ocupadas/experimentadas (mulheres trabalhando fora, homens trabalhando em casa), opera-se uma ruptura na ordem, o que poderia ocasionar conflitos permeados pela violência como forma de solução. Há que se considerar, muitas vezes, que as respostas podem estar orientadas pela desejabilidade social, por exemplo, quando afirmam a importância de uma relação mais simétrica entre homens e mulheres, de respeito aos direitos e de oportunidade para ambos.

O autor de violência pós-participação grupal

Neste eixo, análises serão feitas sobre percepções e sentidos dados à participação do homem autor de violência no grupo de acompanhamento. Dos 20 homens entrevistados inicialmente, apenas 14 finalizaram o grupo e dois desses decidiram não conceder a entrevista final alegando falta de tempo. Por fim, a entrevista pós-participação grupal foi realizada com 11 participantes.

Ao fim do grupo e durante as entrevistas finais, percebeu-se mudanças de olhares sobre alguns temas discutidos, embora tais alterações não possam ser justificadas apenas em função dos grupos. Em relação a como os homens percebem a violência contra as mulheres, seis dos onze homens que finalizaram reconhecem que anteriormente não percebiam que haviam feito algum tipo de violência e hoje esta concepção está mais clara: *“eu não reconhecia, porque era coisa de mim e modificou”* (Ivan, ajudante de motorista, 30 anos), *“não via que tinha feito violência, e hoje tenho vergonha de ser mais um homem desses”* (Vinicius, motorista, 40 anos). Quatro dos participantes, que antes do grupo já percebiam que haviam realizado um ato violento, permaneceram acreditando em suas ideias e dois não mudaram suas percepções, afirmando, ainda, que o que fizeram não foi violência: *“eu não fiz na verdade. A única coisa que teve foi que ela saiu de minha casa, eu não considero violência. Eu considero que sou o dono da casa”* (Weder, comerciante, 62 anos).

Há que se discutir os efeitos desses grupos, haja vista que entre as estratégias grupais desenvolvidas estão aspectos informacionais (como a palestra sobre a Lei Maria da Penha), momentos de autorreflexão, de compartilhamento de experiências, de identificação com o outro, de instilação de esperança, tal como podemos observar em grupos com outras configurações e propostas, mais próximas de modelos terapêuticos (Santos, Scorsolini-Comin, & Gazignato, 2014). O grupo em apreço, embora não tenha explicitamente um caráter

terapêutico, também pode funcionar como um espaço no qual esses homens expressem mais os seus sentimentos e possam ser acolhidos sem julgamento, em uma postura de aceitação e de potencialidade para a mudança. No entanto, a própria função primária do grupo, de caráter judicial, já promove um efeito quanto à participação. Assim, os grupos se configuram em torno de uma imposição, o que também pode afastá-los de uma perspectiva mais vivencial, de construção de um espaço propriamente “deles” e para “eles”. Essa consideração talvez explique alguns posicionamentos pós-grupo, reforçando que tais espaços não foram construídos por eles, mas para eles e em função de atos cometidos por eles e que nem sempre são interpretados como sendo “errados”, “equivocados” ou “criminosos”. Ainda assim, o espaço para falar sobre resolução de conflitos, por exemplo, ainda que não seja terapêutico, pode ser educativo, promovendo ganhos para além do grupo e da denúncia que motivou a participação.

Alguns participantes ($n = 4$) expressaram que após a participação compreendem melhor a Lei Maria da Penha e o motivo pelo qual foram encaminhados, mas trazem ainda em suas falas discordância do fato dela beneficiar mais as mulheres, tendo em vista que a situação que gerou a briga também foi causada por elas: *“uma lei que tinha que aparecer, né? É uma lei que favorece não o homem, favorece só as mulheres”* (Marcos, eletricitista, 50 anos). De forma geral, acreditam que a lei cumpre um papel importante na proteção das mulheres perante a violência, mas em contrapartida mencionaram que a mulher deveria ser incluída no acompanhamento: *“se tá aí é pra ser cumprida, só que teria que ter a mulher”* (Joaquim, caminhoneiro, 53 anos).

Cinco participantes acreditam que suas concepções de homem e mulher mudaram: *“eu já tinha uma concepção bastante equilibrada, né, mas mudou. Só que eu levava mais um pouco do lado do homem”* (Tiago, comerciante, 21 anos). Três afirmaram que essa visão permanece a mesma: *não, a diferença sempre vai existir, nunca vai ser a mesma coisa, mas dá pra padroniza, coloca, iguala né* (Daniel, carregador, 24 anos); *“não, eu já vinha vendo do modo que vejo hoje. O que achei no grupo que me ensinou muito é pensar nas palavras”* (Weder,

comerciante, 62 anos). Quando questionados sobre suas relações conjugais, cinco participantes afirmaram que mudanças ocorreram: *“mudou muita coisa, a forma de lidar no dia a dia, de dar mais atenção”* (Daniel, carregador, 24 anos), *“mudou tanto com mulheres, quanto com as pessoas em geral, fiquei mais humilde”* (Tiago, comerciante, 21 anos). De forma complementar, as respostas passaram a ideia que os homens estão fazendo o possível para melhorarem suas relações e, em situações de conflito, tentam resolver no diálogo ou saem do ambiente conflituosos a fim de evitar uma briga: *“se for brigar, é melhor sair, depois voltar”* (Breno, comerciante, 29 anos).

Em relação ao discurso que os homens apresentam, percebe-se que as reações imediatistas são substituídas por momentos de reflexão, nos quais os homens tentam resolver o conflito por outra via que não a da violência. Este fator já torna a participação dos homens em grupos de reflexão positiva (Blay, 2014).

Beiras (2012) salienta que o processo de intervenção grupal para homens autores de violência contra mulheres é um espaço de visibilidade e desconstrução do masculino tradicional, idealizado e heteronormatizado, além de possibilitar sociabilidade/socialização e subjetividades alternativas a esse modelo. Compreender que os conceitos de gênero, masculinidade e feminilidade são construções sociais e que o ser humano é um ser ativo em seu desenvolvimento é conceber que mudanças são possíveis diante do cenário de violência entre homens e mulheres. Nesse sentido, é importante confrontar ideias clássicas e fixadas como a de vítima/agressor, já que reforçar essa dicotomia é continuar reproduzindo estereótipos de gênero que legitimam as práticas violentas (Banin & Beiras, 2016; Beiras, Moraes, Alencar-Rodrigues, & Cantera, 2012; Beiras, 2012). É urgente a necessidade de pensar as relações pela via do respeito e do reconhecimento do outro (Beiras, Moraes, Alencar-Rodrigues, & Cantera, 2012).

Em relação às suas participações no grupo os homens disseram que a experiência foi positiva, tendo em vista que se sentiram acolhidos e seguros, pois puderam relatar sentimentos,

dificuldades, anseios e desejos sem medo de serem julgados. Observa-se que, no grupo acompanhado, houve movimentos de empatia uns para com os outros à medida que foram se ajudando em suas fragilidades e histórias de vida. Desta forma, o ponto negativo mencionado foi a desistência de alguns homens do acompanhamento e sugeriram que o número de encontros pudesse aumentar. Outras sugestões foram: que mais vídeos sobre os assuntos discutidos fossem mostrados e que os temas de família, igualdade de homens e mulheres perante a lei aparecessem.

Além disso, demonstraram interesse em discutir por mais tempo o tema de sentimentos e enfatizar mais questões sobre gênero: *“falar de gênero e tal, explicar um pouco. Que tem gente, não sei se é devido à baixa escolaridade, não entende muito”* (Felipe, servidor público, 31 anos). Dois participantes demonstraram preocupação em reproduzir os aprendizados para pessoas que fazem parte dos seus relacionamentos: *“o que eu aprendi, vou passar pras pessoas que eu acho que é necessário”* (Joaquim, caminhoneiro, 53 anos). Todos os participantes elogiaram a equipe de atendimento que coordenou o grupo.

O grupo de reflexão se mostrou instrumento importante não somente nas mudanças a nível microssocial, mas também macrossocial, na medida em que os diversos níveis ambientais estão interrelacionados em estruturas concêntricas de articulação e interação (Koller, 2011). Assim, deve-se promover intervenções ecológicas direcionadas não somente ao sujeito, mas objetivando mudanças relacionais, sociais e políticas (Blay, 2014).

Os homens destacaram que o encontro sobre a Lei Maria da Penha foi esclarecedor e importante para tirarem suas dúvidas. As discussões voltadas a falarem dos seus sentimentos também foram citadas como momento que marcou o grupo: *“no momento que a gente falou dos sentimentos, de angústia, de medo”* (Vinicius, motorista, 40 anos), além dos encontros sobre os tipos de violência e sobre a história da senhora Maria da Penha. Os momentos dedicados a discutir diretamente questões relacionadas a gênero, como o dia em que eles realizaram uma

dinâmica na qual deveriam construir uma mulher perfeita seguida da mulher real, também foram mencionados. Dentre as coisas significativas que aprenderam no grupo os participantes afirmaram ser necessário *“pensar antes de falar”* (Joaquim, caminhoneiro, 53 anos), *“respeitar mais a opinião das pessoas e ouvir um pouco mais, porque as vezes a gente fala e não escuta”* (Gabriel), *“saber expressar, se abri mais, corrigir os erros”* (Vinicius, motorista, 40 anos), *“entender quando tá fazendo ofensa com o outro”* (Breno, comerciante, 29 anos).

De forma geral, todos os participantes do grupo gostaram da experiência, alegando que *“foi muito bom! Aprendi muitas coisas, me educou a agir”* (Joaquim, caminhoneiro, 53 anos); *“superou minhas expectativas, pude falar dos meus problemas”* (Tiago, comerciante, 21 anos)/*“mudou as ideias, saí daqui renovado”* (Vinicius, motorista, 40 anos); *“consegui me expressar, falei coisas que eu não tinha falado pra ninguém”* (Marcos, eletricista, 50 anos). De acordo com as falas no começo do grupo alguns acreditavam não ser necessária a participação, mas reconheceram ao fim que o processo de reflexão gerou mudanças nas formas pelas quais eles percebiam o cumprimento da determinação e se percebiam nessa relação com a violência: *“pra mim foi muito importante, porque, antes do grupo eu tinha outra cabeça e hoje eu tenho outra. Se eu tivesse a cabeça que tenho hoje, de ter participado, muitas coisas teria evitado”* (Rodolfo, militar, 51 anos).

Como um possível viés, há que se considerar os elementos de desejabilidade social. Embora a pesquisadora tenha destacado desde o início que estava fazendo uma pesquisa independente e que não compunha formalmente a equipe psicossocial, aventa-se que alguns participantes possam ter reconhecido em sua figura um *locus* de avaliação formal do processo. Assim, a pesquisadora pode ter sido considerada membro da equipe, de modo que as suas perguntas podem ter sido interpretadas como uma avaliação do serviço ou do próprio participante, o que também poderia interferir em seu processo de judicialização. Assim, há que se considerar a possibilidade de que os endereçamentos dessas avaliações positivas não sejam

neutros. Essas considerações, no entanto, não invalidam as reflexões aqui tecidas sobre o grupo e seus efeitos.

Retomado a ideia de que a pessoa tem um papel ativo no seu desenvolvimento, percebe-se que os participantes visualizaram possíveis mudanças em seus contextos de vida e relações, tomando como base os aprendizados que tiveram durante a participação no grupo. O microsistema grupal, portanto, cumpre um papel importante no processo de mudança de trajetórias desenvolvimentais e influencia outros microsistemas os quais cada sujeito faz parte, como a relação conjugal, o núcleo familiar, entre outros (Bronfenbrenner, 2011).

Tomando como base cada participante, a equipe e os demais homens podem ser vistos como “outros significativos”, que na teoria ecológica são as demais pessoas do ambiente do sujeito em desenvolvimento, que atuam como forças ativadoras ou mantenedoras das relações, por meio de seus sistemas de crenças (Koller, 2011). Percebe-se que as relações estabelecidas pelos participantes do grupo foram de reciprocidade e troca, uma vez que ao fim todos se viam de forma amistosa e empática.

Por fim, percebe-se que a construção de novas alternativas de resolução de conflitos foi possível e que há certa mudança nos discursos e nas práticas que os homens produzem. O grupo é um espaço importante na oferta de escuta e acolhimento aos homens, para possíveis ressignificações de suas trajetórias e narrativas de vida. Este espaço, portanto, pode ser visto para além de uma alternativa de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas também como promoção de saúde de homens que, pela cultura vigente, não encontram espaço para expressar sentimentos, dúvidas e anseios.

Considerações finais

Observou-se que antes da participação no grupo de acompanhamento psicossocial os homens tendiam a afirmar que não eram responsáveis pelo ocorrido e que não mereciam

nenhuma punição, pois apontavam a mulher como culpada por ter provocado a briga geradora do episódio violento. Além disso, questionavam a lei, que não foi corretamente cumprida, tendo em vista que não sentiam que foram ouvidos na delegacia e no judiciário. Cabe, portanto, maior investigação sobre como acontece a oitiva do homem nesses espaços e como o encaminhamento é realizado, devido à forma que chegam ao núcleo, sem compreender exatamente o que é o acordo judicial e buscando uma via discursiva para exporem suas próprias ideias, justificativas e compreensões.

De forma geral, o grupo se apresenta como espaço de acolhimento e escuta para o homem, além de representar importante ferramenta na desconstrução de ideias legitimadoras da violência e construção de identidades pautadas em modelos de masculinidades que sejam menos rígidos na definição dos papéis que os homens precisam preencher. Além disso, o processo de acompanhamento possibilita cuidado à saúde dos homens, na medida que eles podem falar sobre coisas difíceis e que, quando não expressados, podem vir a gerar sofrimento.

Os homens percebem que a participação é positiva e gera reflexões importantes de temáticas relacionadas à violência contra as mulheres. Cabe ressaltar que as respostas dos homens sobre o serviço e o acompanhamento podem ser tendenciosas, já que a participação é obrigatória e que estão em contexto judicial. Assim, uma limitação do estudo foi justamente ter acesso a esses discursos sem que a pesquisadora fosse associada a um membro da equipe psicossocial, com um claro objetivo avaliativo acerca do participante. Paradoxalmente, o engajamento da pesquisadora no grupo constituiu um elemento essencial para a sua inserção ecológica e consequente produção dos dados. Ainda assim, esses efeitos podem ser melhor controlados adotando-se outros procedimentos metodológicos em estudos vindouros.

Mesmo assim, percebeu-se mudanças nos olhares, discursos e ações no que diz respeito à violência, às relações conjugais, à Lei Maria da Penha e à participação no grupo. Estudos que investiguem essa pós-participação grupal dentro de um intervalo de tempo maior se fazem

necessários, a fim de poder perceber se os aprendizados e reflexões geradas no grupo fizeram com que os participantes não se envolvessem mais em situação de violência contra a mulher. Para além disso, outros efeitos podem ser investigados que não a reincidência em atos violentos, mas as comunicações estabelecidas nas relações interpessoais, o modo de resolução de conflitos e demais aspectos discutidos no grupo, em uma interface com os microsistemas dos quais esses homens fazem parte.

Assim, sugere-se que novos estudos possam fazer o acompanhamento desses casos a curto e médio prazos, haja vista que a metodologia grupal desenvolvida não pressupõe encontros de seguimento, o que poderia ser útil não apenas em uma perspectiva de verificação de eficácia da intervenção, mas de favorecimento da manutenção dos aspectos educativos trabalhados nos grupos, potencializando os aprendizados e a constante postura autorreflexiva. A partir desses apontamentos, considera-se que tais aspectos possam disparar novas intervenções psicossociais e de caráter interdisciplinar, contribuindo para o combate à violência e a assunção de posturas menos machistas, sexistas, excludentes e de exposição a vulnerabilidades.

Referências

- Abritta, S. D., Roque, F. C. F., & Ramos, M. E. C. (2015). A importância do acolhimento e do aquecimento em grupos sem demanda no contexto da Justiça. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 6-15.
- Acosta, F., Andrade Filho, A., & Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero - Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. Recuperado de http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf.
- Banin, S. A., & Beiras, A. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 523-535.

- Beiras, A. (2012). *La (de)construcción de subjetividades em um grupo terapêutico para hombres autores de violência em sus relaciones afectivas* (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, Espanha.
- Beiras, A. (2014). *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS. Recuperado de http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf.
- Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. M. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.
- Blay, E. A. (Coord.) (2014). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92.
- Cerqueira, D., Matos, M., Martins, A. P. A., & Junior, J. P. (2015). *Texto para discussão – Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. IPEA, Brasília, DF. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-efetividade-da-lei-maria-da-penha>.
- Coelho, C. M. S., Natividade, C., & Gaetani, R. R. B. (2008). Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação. *Fazendo gênero 8 – Corpo*,

- violência e Poder*, Florianópolis, SC. Recuperado em 10 novembro, 2016, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Coelho-Natividade-Gaetani_42.pdf.
- Cortez, M. B., Padovani, R. C., & Williams, L. C. A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 13-21.
- Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2017). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8.
- De Tilio, R. (2014). Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, 14(2), 125-148.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 5, 139-154.
- Ferreira, G. G., & Aginsky, B. G. (2013). Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. *Revista Katálysis*, 16(2), 223-232.
- Foucault, M. (2014) *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2008). Homens desvelando as formas de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(2), 262-267.
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.
- Koller, S. H. (Org.). (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Koller, S. H., Morais, N. A., & Paludo, S. S. (Eds.). (2016). *Inserção ecológica: Um método de estudo em desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, A. (2003). The intergeneration transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology, 17*, 288-301.

Lei 13.104 de 2015 – Lei do feminicídio (2015). Brasília, DF. Recuperado em 20 de março de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.

Lei nº 9099 de 26 de setembro de 1995(1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília. 1995. Recuperado em 15 março 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm.

Lei nº. 11.340, 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006). Brasília, DF. Recuperado em 24 abril 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva, 21*(2), 721-743.

Lima, D., Buchele, F., & Clímaco, D. (2008). Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Saúde e Sociedade, 17*(2), 69-81.

Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. V., Labronici, L. M., & Mantovani, M. F. (2014). Homens autores de violência contra mulheres detidos. *Escola de Enfermagem Anna Nery, 18*(4), 600-606.

Mason, B., & Mason, E. (1994). A masculinidade e o trabalho com as famílias. In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.), *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 221 a 229) (M. C. B. Fernandes, Trad.) Rio de Janeiro: Editora Imago.

Medrado, B., & Lyra, J. (2003). Nos homens, a violência de gênero. In: *Secretaria especial de políticas para as mulheres - Programa de Prevenção, assistência e Combate à Violência contra a Mulher*. Plano nacional. Brasília: SPM.

- Mendes, L. S. A, Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Reis, D. C., & Silva, S. D. B. (2008). Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(1), 1-10.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006b). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Oliveira, K. L. C., & Gomes, R. (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2401-2413.
- Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres* (2011). Brasília, DF. Recuperado em 24 abril 2016, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>.
- Prates, P. L. (2013). *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher* (Tese de Doutorado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152-160.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Recuperado de <http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-asmulheres-no-mundo/>.
- Santos, M. A., Scorsolini-Comin, F., Gazignato, E. C. S. (2014). Aconselhamento em saúde: fatores terapêuticos em grupo de apoio psicológico para transtornos alimentares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 31(3), 393-403.
- Scorsolini-Comin, F. (2016). *Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicações*. São Paulo: Vetor.

- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. (Dabat, C. R. & Ávila, M. B. Trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Souza, M. F. (2009). As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre A(s) masculinidade(s). *Mediações*, 14(2), 123-144.
- Tonelli, M. J. F., Beiras, A., & Ried, J. (2017). Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1), 174-193.
- Tozatte, L. M. (2015). *Medidas despenalizadoras nos Juizados Especiais Criminais Estaduais-Lei no 9.099/1995*. Recuperado em 20 fevereiro, 2018, de http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10007.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 7 abril 2016, de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

ESTUDO 2

Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: o olhar da equipe²

Psychosocial support for men perpetrators of violence against women: the team's view

Resumo

Este estudo teve como objetivo central compreender como os profissionais de um núcleo que realiza o acompanhamento psicossocial de autores de violência contra as mulheres avaliam o serviço no qual estão inseridos. Participaram quatro profissionais membros da equipe de um núcleo que realiza esse acompanhamento, localizado no Distrito Federal. Foram utilizados diário de campo e entrevista semiestruturada. Os profissionais percebem suas atuações de forma positiva, apesar das dificuldades que o programa enfrenta. O trabalho busca confrontar ideias machistas, sexistas e legitimadoras de violência, ao mesmo tempo que tenta oferecer espaço de escuta, cuidado, reflexão e aprendizagem no qual as nuances do ser homem, do sentir e do cuidar sejam o centro das discussões no grupo.

Palavras-chave: violência contra a mulher; violência de gênero; grupos focais.

Abstract

The main objective of this study was to understand how the professionals of a psychosocial supporting group for perpetrators of violence against women evaluate their practices and the public service in which they are included. Four team members of a psychosocial supporting group located in the Brazil Federal District participated in this study, which was carried out through field journals and semi-structured interviews. The four professionals perceive their

² Uma versão adaptada deste estudo foi submetida em junho de 2018 à apreciação em um periódico da área de Psicologia. O manuscrito encontra-se em avaliação.

practices in a positive way, despite the difficulties that the supporting group faces. Its practice seeks to confront sexism and ideas that legitimating violence against women, while trying to build an open space for listening, care, reflection and learning in which the nuances of being a men, of feeling and of caring are the focus of group discussions.

Key words: violence against women; gender-based violence; focus groups.

A violência contra as mulheres deve ser pensada pelo campo social, que é atravessado tanto pelo espaço concreto quanto pelo simbólico e está em constante mudança. Neste campo, deve-se levar em consideração as pessoas que compõem as relações violentas – homens e mulheres – a questão legal, as instituições envolvidas e os demais atores que estão presentes nesse processo (Cepia [Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação], 2016). Desde a década de 1970, grandes avanços aconteceram devido à luta de movimentos feministas que tentaram chamar a atenção para invisibilidade e impunidade da violência doméstica, trazendo à tona que “em briga de marido e mulher deve-se meter a colher” (Barsted, 2011; Pitanguy, 2011).

Um dos marcos dessas lutas foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006) que trouxe no seu texto mecanismos para coibir e prevenir a violência de gênero (violência realizada por um homem contra uma mulher). Dentro das possíveis ações, a Lei prevê atendimento multidisciplinar de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas voltadas para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes (Beiras, Moraes, Alencar-Rodrigues, & Cantera, 2012; Costa, 2014; Cerqueira, Matos, Martins, & Junior, 2015; Lei 11.340, 2006).

A notoriedade crescente sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres vem reforçar a necessidade de implementação de políticas públicas integradas e articuladas, que

abarcem os diversos pilares que sustentam essas situações e formulem estratégias voltadas não só às vítimas, mas também aos autores dessas violências. Trabalhar na perspectiva do acompanhamento ao autor de violência é também promover uma prevenção da recorrência dessas práticas, uma vez que os objetivos desses programas visam ações educativas e culturais que possam interferir na mudança dos padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres (Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011). Há que se ressaltar que a produção científica tem se voltado, classicamente, para o estudo do perfil tanto das pessoas vitimadas quanto dos autores de agressão, contribuindo pouco para o manejo dessa violência e para a promoção de práticas de combate à mesma, priorizando perfis retratados em determinados momentos de vida e sem abertura suficiente para movimentos de mudança, além de não considerar aspectos subjetivos que permeiam as situações de violência (Morais, Cerqueira-Santos, Moura, Vaz, & Koller, 2007; Moura & Koller, 2008; Madureira, Raimondo, Ferraz, Marcovicz, Labronici, & Mantovani, 2014; Reis, 2016).

O aumento de casos de violência contra as mulheres é influenciado por variáveis diversas e uma delas é a maior informação da população sobre o tema e conseqüentemente maiores números de denúncias realizadas (Cepia, 2016). Pesquisa realizada no ano de 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Datafolha revela que 30% das 833 entrevistadas (250) relataram ter sofrido algum tipo de violência pessoal e direta apenas no ano de 2015 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017). Sendo assim, a violência representa uma das principais ameaças à saúde da mulher, configurando-se como um problema não só social, mas também político e de saúde pública (Manita, 2005; Rosa, Boing, Büchele, Oliveira, & Coelho, 2008; Tonelli, Beiras, & Ried, 2017).

Em relação ao acompanhamento ao autor de violência, o *Emerge: Counseling & Educations to Stop Domestic Violence*, fundado em 1977 nos Estados Unidos, é um dos

programas pioneiros no mundo que trabalha com homens autores de violência íntima e tem sido referência para outros programas ao redor do mundo (Lima & Büchele, 2011; Prates, 2013). No Brasil, o Instituto NOOS, situado no Rio de Janeiro e fundado em 1994, assume o pioneirismo desse tipo de serviço (Lima & Büchele, 2011; Prates, 2013; Tonelli, Beiras, & Ried, 2017). No período pós Lei Maria da Penha, a primeira experiência relatada pela literatura está localizada em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense (RJ) (Atallah, Amado, & Gaudio, 2013; Cepia, 2016;).

Pesquisa realizada no contexto brasileiro, mapeou de forma não exaustiva os programas que realizavam atendimentos individuais e grupais ou exclusivamente grupais. No total, foram encontrados 25 programas em diferentes estados brasileiros. Desses, 19 responderam ao estudo. As experiências de atenção grupal a homens autores de violência contra as mulheres relataram várias dificuldades na criação e manutenção desses programas. Dos 19 aparelhos acessados, 13 (68,4%) são de natureza governamental e a maioria dos atendimentos (68,4%) é feita tanto de modo individual quanto grupal (Beiras, 2014). Tonelli, Beiras e Ried (2017) salientam que apesar de dez anos da criação da Lei Maria da Penha, que demonstra um trabalho com o autor da violência, políticas nesse setor são muito frágeis ainda, trazendo à discussão a necessidade de maiores estudos, intervenções e ações.

Segundo as diretrizes para implementação dos serviços de responsabilização e educação de agressores, construídas pela antiga Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República, a equipe multidisciplinar deve ter atuação interdisciplinar e deve ser composta por, no mínimo: um coordenador; um profissional de Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia e/ou Serviço Social com experiência na condução de grupos e capacitados nas questões de gênero, feminismo e masculinidades. Já documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para esse tipo de serviço, do Instituto de Estudos da Religião (ISER) recomenda profissionais de psicologia, serviço social, direito, ciências sociais e educação (Acosta & Soares, 2012).

Sobre essas equipes, percebe-se que pesquisas têm se preocupado em descrever como elas se organizam para os acompanhamentos, como são compostas, e outros aspectos mais técnicos e pontuais (Beiras, 2014; Cepia, 2016; Lopes & Leite, 2013). Oliveira e Gomes (2011) conseguiram identificar apenas dois estudos (Granja, 2008; Lima & Mélo, 2008) que trazem a percepção e o olhar dos profissionais em relação aos programas e suas atuações, deflagrando uma lacuna nos estudos sobre essa temática.

Tal lacuna deve ser investigada, a fim de fomentar a audiência desses profissionais no fazer de um trabalho que exige muita sensibilidade, uma escuta atenta e acolhedora, além de assertividade na desconstrução do ideário de normalidade que circunda as relações violentas no contexto brasileiro. Desta forma, este estudo tem como objetivo central compreender como os profissionais de um núcleo que realiza o acompanhamento de autores de violência contra as mulheres avaliam o serviço no qual estão inseridos e, de forma adicional, suas atuações. Adicionalmente, serão abordados os sentidos que atribuem à violência doméstica, a compreensão que possuem acerca da participação no grupo e os efeitos dessa vivência por parte dos homens, bem como os limites, dificuldades e os principais desafios dessa atuação. Espera-se, com isso, contribuir com a produção de conhecimentos nessa área ainda emergente, sobretudo instrumentalizando os profissionais que atuam nesses serviços.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, amparado na abordagem de pesquisa qualitativa, de corte transversal e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores (CAAE nº 2.110.458).

Participantes

Participaram deste estudo quatro profissionais membros da equipe de um núcleo que

atende autores de violência contra as mulheres e seus familiares, localizado em uma região administrativa do Distrito Federal (DF). Como critério de inclusão os participantes deveriam já ter coordenado pelo menos uma vez o grupo de acompanhamento ao homem autor de violência, do início ao fim. A escolha por esses critérios foi feita a fim de investigar as experiências e percepções no atendimento ao homem autor de violência, já que no serviço há também atendimentos voltados às mulheres. O acompanhamento ao autor acontece tanto de forma individual quanto grupal, mas preferencialmente, a equipe direciona os homens ao acompanhamento em grupo, por este motivo se deu a escolha de profissionais que já tinham coordenado o grupo ao menos uma vez.

Ao final, as categorias profissionais que participaram foram: técnico em assistência social (uma pessoa), analista em assistência social da área da Psicologia (duas pessoas) e analista em assistência social da área do Serviço Social (uma pessoa). Todos os profissionais que coordenam os grupos deste núcleo foram entrevistados neste estudo. A escrita deste estudo foi baseada no *Manual para o uso não sexista da linguagem* (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2014), a fim de não identificar o gênero dos participantes. Não só esse trecho, mas todo o artigo seguirá uma escrita neutra, menos sexista e mais inclusiva.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram: (a) Diário de Campo, contendo os registros de como aconteceu a inserção ecológica (Koller, Morais, & Paludo, 2016) da pesquisadora no serviço: como se deu o contato com a equipe; como esse contato se estendeu a cada ida ao núcleo; como foram as entrevistas individuais com os profissionais; como os encontros grupais acompanhados ocorreram, quais temas abordados, como o grupo se organizou, quais dinâmicas utilizadas e reflexões levantadas; quais percepções a pesquisadora teve ao acompanhar os encontros; quais falas marcaram o grupo; como a equipe conduziu o processo grupal e as discussões; além de outras observações sobre a vivência com o serviço, pessoas atendidas e

equipe; buscando construir significados para leitura/interpretação dos dados (Duarte, 2002); e a (b) Entrevista Semiestruturada (Scorsolini-Comin, 2016) (Apêndice E), aplicada face a face com cada um dos participantes individualmente, realizada posteriormente a todos os encontros grupais, na qual constaram perguntas relacionadas à atuação profissional, à prática de coordenar o grupo, percepções sobre o serviço, limites e dificuldades da atuação.

Procedimento

Coleta de dados

Inicialmente, entrou-se em contato com os profissionais a fim de apresentar a proposta da pesquisa. Após expostos os objetivos do estudo e todas as possíveis dúvidas esclarecidas, a equipe e a Secretaria de Estado, da qual o serviço está vinculado, anuíram o desenvolvimento da mesma. Cada integrante da equipe assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice F) antes da realização de cada entrevista individual.

Os dados com a equipe foram coletados no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) da mesma região administrativa, local onde o núcleo funciona, e as entrevistas aconteceram em ambiente reservado que assegurou conforto material e psicológico ao participante. As entrevistas com os membros da equipe foram audiogravadas e posteriormente transcritas na íntegra e literalmente.

Inicialmente, a equipe não autorizou a participação da pesquisadora no grupo de acompanhamento aos homens, entendendo que sua presença poderia interferir na dinâmica grupal, questionando-se o sigilo das informações. Após algum tempo de inserção no programa, os profissionais decidiram que a participação seria possível desde que a audiogravação dos encontros não acontecesse, solicitação que foi atendida. Portanto, dez encontros grupais foram acompanhados pela pesquisadora, que também teve abertura para realizar intervenções e apontamentos sobre as discussões, haja vista a sua condição de psicóloga. A inserção se configurou desta forma devido à escolha da equipe em conjunto com a pesquisadora, na

tentativa de fazer com que a presença da pesquisa não interferisse no andamento do grupo. Após cada encontro, anotações eram feitas no diário de campo, a fim de registrar detalhes importantes, destacando que nenhum registro foi realizado durante o andamento grupal. Coordenaram o grupo acompanhado nesta pesquisa dois profissionais membros da equipe, um homem e uma mulher, uma estagiária e a pesquisadora. O *corpus* analítico deste estudo, portanto, foi composto pelos registros no diário de campo e pelas transcrições das entrevistas dos membros da equipe. A coleta de dados foi realizada de maio a dezembro de 2017.

Análise dos dados

As entrevistas foram organizadas pelos procedimentos da análise de conteúdo temática de Braun e Clarke (2006): familiarização dos dados; geração de códigos iniciais, a fim de organizar os dados em grupos significativos; busca de temas que apareceram nos agrupamentos de dados; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e produção do relatório final. Em um primeiro momento essa análise incidiu sobre as entrevistas individualmente (análise vertical) e posteriormente foi realizada no conjunto de entrevistas (análise horizontal), a fim de revelar pontos compartilhados e divergentes entre as entrevistas. Apontamentos presentes no diário de campo foram trazidos de modo complementar às entrevistas com os profissionais, a fim de explicitar posicionamentos e ressonâncias da pesquisadora no fazer da pesquisa, sobretudo no campo empírico. A interpretação dos dados produzidos a partir das entrevistas e do diário de campo foi pautada no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) de Bronfenbrenner (2011) e na literatura da área. As questões de gênero passaram por análises amparadas na teoria de gênero da Joan W. Scott (1995).

O MBDH estuda o constante desenvolvimento humano por meio da interação mútua e progressiva do indivíduo ativo e as propriedades em transformação dos meios imediatos que ele vive em quatro níveis: Pessoal, Processual, Contextual e Temporal (Bronfenbrenner, 2011). Já a teoria de gênero aqui utilizada compreende que o gênero é a forma primeira de significar

as relações de poder. Ele é o elemento constitutivo das relações sociais e é baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, é construído socialmente de acordo com a distribuição de poder relacionada ao binarismo sexual (Scott, 1995). Não é a diferença sexual por si só que organiza as relações entre homens e mulheres, mas sim as relações de poder que definem como os sexos devem manter suas interações (De Tilio, 2014).

Resultados e Discussão

Conforme já mencionado, quatro profissionais participaram do estudo, sendo dois homens e duas mulheres. A média de idade dos participantes é de 38 anos e de atuação no serviço é de quase sete anos (média=6,6 anos). Optou-se por não trazer os resultados em tabela, associando cada categoria profissional ao sexo da pessoa e detalhando mais a caracterização da amostra, a fim de não ameaçar o sigilo das identidades. Durante a apresentação dos resultados, serão utilizados nomes fictícios. A fim de fomentar uma discussão, a partir das falas dos participantes e da participação do grupo de acompanhamento, quatro grandes eixos temáticos foram construídos, permitindo compreender as nuances da atuação desses profissionais.

Que serviço é esse?: Caracterização e apresentação do programa sob a ótica da equipe

Entendendo que o desenvolvimento humano deve ser compreendido levando-se em conta que a pessoa é apenas um dos elementos dos sistemas, estudar os processos e as interações que ocorrem na vida de um sujeito passa a ser o principal foco da teoria bioecológica (Bronfenbrenner, 2011). Desta forma, ao considerar a construção de políticas públicas que visam o enfrentamento da violência contra as mulheres, é necessário observar que, para compreender o fenômeno bem como criar ações de combate e prevenção, deve-se observar todo o contexto envolvido nesse processo da violência. Portanto, os serviços que acompanham

autores de violência são um dos pilares que compõem essa política e devem ser compreendidos como um dos microsistemas que o autor está inserido.

A partir desse panorama, nota-se que os profissionais que atuam nesses espaços são peças importantes na compreensão de como se dá a experiencição do autor de violência no processo de reflexão e responsabilização dos atos praticados. Neste estudo, portanto, a ênfase será nesses atores que compõem o microsistema em questão e para melhor contextualização do cenário institucional desta pesquisa, é de extrema importância compreender de qual serviço estamos falando.

O núcleo de atendimento à família e aos autores de violência doméstica é um programa desenvolvido e ofertado pelo Governo do Distrito Federal (DF), por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), que realiza acompanhamento psicossocial aos envolvidos em situações de violência doméstica contra a mulher, tipificadas pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006). Ao todo são nove núcleos espalhados pelo DF que atuam com o mesmo tema, mas de formas diferentes, a considerar a realidade de cada território e parcerias realizadas com o judiciário. Este serviço foi criado em 2003 e teve a idealização do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal para seu surgimento (Silva, 2015).

O núcleo acompanhado neste estudo localiza-se em uma das principais regiões administrativas do DF e conta com seis profissionais: duas pessoas técnicas administrativas, uma pessoa técnica em assistência social, duas pessoas psicólogas e uma pessoa assistente social. Na época da coleta de dados, duas pessoas estagiárias do curso de Psicologia também faziam parte deste cenário. No ano de 2017, as nove unidades somaram 7.128 atendimentos a homens, mulheres e familiares. No mesmo ano, o núcleo acompanhado realizou 1599 atendimentos totais, sendo que destes, 1396 foram dedicados aos autores de violência.

Este núcleo recebe, em sua maior parte, encaminhamentos da Vara de Violência

Doméstica desta mesma região administrativa de homens que firmaram um acordo judicial em audiência concordando com a Suspensão Condicional do Processo (SCP). Ela é prevista no art. 89 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 e é uma forma de solução alternativa para problemas penais, que busca tornar o processamento de crimes de menor potencial ofensivo, rápido, desburocratizado e econômico (Tozatte, 2015; Lei 9099, 1995).

O momento mais adequado para sugerir a SCP é o do oferecimento da denúncia. O Ministério Público apresenta a sua proposta para o réu. Caso ele aceite, o juiz homologa o acordo e pode impor outras condições, tais como: acompanhamento psicossocial no núcleo, prestação de serviço à comunidade, proibição de frequentar alguns lugares, comparecimento periódico em juízo, não se ausentar da cidade por mais 30 dias sem avisar o juiz, entre outras. Esse período de prova pode durar entre dois e quatro anos. Caso o acusado cumpra todas as condicionalidades, seu processo é arquivado, ou seja, não haverá sentença condenatória ou absolvição, e ele terá sua ficha “limpa” perante a Justiça. O não cumprimento do acordo pode gerar prejuízos no processo judicial, podendo o acusado vir a ser condenado pela violência supostamente cometida. Desta forma, a participação acaba tendo caráter obrigatório, pensando nos possíveis prejuízos judiciais implicados ao não comparecimento (Lei 9099, 1995).

A primeira etapa do programa acontece quando as pessoas encaminhadas fazem um cadastro no serviço e aguardam o surgimento da vaga. Atualmente, há uma fila de espera de oito meses a um ano. O acompanhamento psicossocial se inicia com atendimentos individuais para acolhimento, escuta qualificada e encaminhamentos necessários. Em seguida, a pessoa será, preferencialmente, direcionada a participar do grupo, que tem duração aproximada de três meses, o que corresponde de 10 a 12 encontros. Ao final, é feita uma avaliação, juntamente com o acompanhado, do processo que ele participou. Posteriormente, a equipe redige um relatório informativo, constando questões relacionadas ao dia que iniciou o acompanhamento, quantos encontros grupais participou, das regras da participação, das faltas, dos temas

trabalhados em grupo e/ou individualmente, e da conclusão que o homem teve pós participação, além da percepção dos profissionais sobre o processo de acompanhamento, se foi positivo ou não.

Em relação ao número de participantes, segundo informações diretas da equipe do serviço, entre 10 e 15 homens participam do grupo. Este número é delimitado a fim de que seja possível realizar um atendimento qualificado. O acompanhamento psicossocial tem como objetivo provocar reflexões acerca de questões de gênero, comunicação, reconhecimento e expressão dos sentimentos, Lei Maria da Penha, entre outros assuntos de relevância relacionados à violência contra as mulheres. Os temas são trabalhados por meio de dinâmicas e atividades que suscitem reflexão e discussão dos participantes.

O serviço também faz acompanhamento de mulheres que são encaminhadas pelo Ministério Público e pelos demais equipamentos da rede. Mas, majoritariamente, o núcleo realiza mais atendimentos aos homens, tendo em vista que eles são encaminhados por figurarem como autores (ou supostos autores) em processos judiciais de Lei Maria da Penha. Ressalta-se que o núcleo está aberto a receber demanda espontânea, mas este público não tem chegado muito ao serviço. Ainda sobre o mapeamento (Beiras, 2014), os dados mostram que em 5 lugares (26,3%) os homens se inserem nos serviços de forma espontânea e obrigatória (por ordem judicial).

O núcleo funciona em um espaço físico cedido pelo Ministério Público (MP), por meio de um termo de cooperação realizado entre as duas partes. De forma unânime, os profissionais entendem que a relação com os promotores é mais próxima por este motivo e pelo fato de que é o MP quem propõe o acordo da suspensão. Com a defensoria pública, o núcleo também tem uma boa parceria. Tanto promotores quanto defensores públicos participam de um encontro dos grupos, momento no qual os homens podem tirar dúvidas sobre o processo, a SCP, a Lei Maria da Penha, além de outros aspectos legais. A relação com a Vara de Violência e juiz responsável

é mais distante e formal, por conta do relatório final sobre a participação do homem, tal como Lara afirma: “*A nossa parceria direta é com o Ministério Público, com a Vara acaba sendo uma parceria indireta*”.

Os quatro profissionais acreditam que o trabalho realizado no serviço é diferente daquele feito pela Justiça. Lara justifica sua resposta trazendo que o judiciário tem um conceito de responsabilização diferente da proposta do serviço. “*Aqui a responsabilização dos homens está num nível de conscientização, de reconhecimento da violência. Pra Justiça, um processo penal é uma responsabilização, uma condenação pode ser uma responsabilização, pra gente não*” (Lara). Paulo acrescenta que “*o judiciário é muito mecânico e os atendimentos são muito vinculados às figuras de poder como o juiz e o promotor*”. Já no grupo, “*há a possibilidade de gerar conversas reflexivas e encontros genuínos*” (Paulo). Caio completa trazendo que “*o serviço não está preocupado com a quantidade para solucionar casos processuais, mas com a qualidade no atendimento*”. Ele justifica afirmando: “*A gente aqui pensa no ser homem e ser mulher. São duas pessoas que precisam muito mais do que a solução de um conflito de lei, entende? A questão da violência doméstica é muito mais além do que uma punição, do que uma solução do que trata a lei, é uma solução de relacionamento e isso depende de tempo, reflexão e sensibilização*” (Caio).

A equipe relatou que não passa por capacitação periódica e que cada núcleo trabalha os temas que acha que são mais importantes e de formas diferentes. Não existe, portanto, um marco teórico-metodológico e não existe nenhum regulamento interno ou manual de procedimentos que documente o trabalho realizado. Este documento está sendo construído pelas equipes e servirá de referencial para o serviço como um todo. A construção dos encontros tal como eles acontecem atualmente foi realizada ao longo dos anos, conforme cada equipe entendia que deveria ser. Profissionais relataram que utilizam vários referenciais teóricos para embasar suas atuações, tais como: Cristina Ravazzola, Instituto NOOS, Adriano Beiras, Gláucia Diniz,

Instituto Promundo, Instituto do Papai, entre outros autores importantes na temática. O serviço conta com reuniões de equipe que acontecem semanalmente e nelas há trocas de experiência e conhecimento entre os profissionais, o que ajuda na construção das intervenções.

Atribuição de sentidos sobre a violência contra as mulheres

Ao serem questionados sobre o que pensam sobre a violência contra as mulheres, os quatro participantes relataram que *“é um fenômeno muito cruel e que está muito presente na sociedade”* (Paulo). Os profissionais acreditam que as pessoas têm uma dificuldade em reconhecer as práticas violentas, já que elas estão tão naturalizadas nas relações. *“Isso fica notório quando se percebe que sequer as vítimas reconhecem que sofreram violência”* (Lara). Desta forma, o fenômeno acaba sendo minimizado e banalizado, pois as estruturas que compõem tanto os microssistemas (família, trabalho, grupo de amigos) quanto os macrossistemas (cultura, ideologias, valores, crenças) reforçam essa ideia.

Por esse motivo, a profissional Cássia acredita que a violência nunca deixará de existir na sociedade. Para ela, a SCP é fruto dessa cultura que naturaliza as práticas violentas ao passo que a suspensão acaba por *“passar a mão na cabeça dos homens”*, pois *“de fato, a gente nunca vai saber o que essas mulheres sofreram”*. Cássia traz o contraponto de que essa modalidade de medida despenalizadora julga que a mulher está passando situações de violência “leves” e, por isso, o homem não precisa ser condenado. Para ela, a punição via sentença condenatória é de extrema importância nesse processo de responsabilização pelos atos cometidos.

Campos e Carvalho (2011) problematizam o critério para definição de crime de menor potencial ofensivo quando se trata de crimes relacionados à violência doméstica, uma vez que, observando somente as penas previstas, esses crimes não foram analisados conforme suas especificidades e real potencial ofensivo para as mulheres. Com a promulgação da Lei Maria

da Pena (LMP) houve uma vedação da aplicação da Lei 9.099/95 para crimes de violência doméstica contra a mulher.

A aplicação desta Lei também foi julgada como improcedente pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2012, mas Costa (2014), analisando processos enquadrados na LMP do DF, no período de 2006 a 2012, percebeu que a SCP seguiu sendo aplicada. Percebe-se, portanto, que o núcleo estudado recebe essa demanda e os dados nacionais mostram que o encaminhamento compulsório de autores por essa via é uma realidade consolidada (Amado, 2014; Beiras, 2014; Pereira, 2014).

Os profissionais entendem que o uso da SCP é positivo *“porque é um tempo que a Justiça amarra esse homem pra que possa possibilitar essa reflexão”* (Lara) / *“Difícilmente o homem vem pro nosso atendimento se não tiver amarrado à questão da Justiça”* (Caio). Para alguns juristas, a SCP possibilita imediata determinação por participação em grupo e o acompanhamento judicial, além de oferecer celeridade processual e acompanhamento ao agressor, gerando, em consequência, proteção à vítima (Lopes & Leite, 2013).

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano permite uma leitura multissistêmica da violência, entendendo que ela é um fenômeno que depende do contexto, das experiências que a pessoa vivencia, dos seus processos psicológicos, do momento que ela está vivendo, e das suas características individuais (Koller, 2011). Sobre isso, a equipe entende que as causas da violência são multifatoriais, mas apontam que os principais aspectos relacionados são as *“relações de poder desiguais entre homens e mulheres, sustentadas pela cultura machista e patriarcal na qual a sociedade está inserida”* (Caio).

Scott (1995) compreende que as relações de poder estão imersas e permeiam as relações de gênero, ou seja, não se consegue apreender essas relações sem esmiuçar como o poder se constitui nas relações sociais que se apresentam nas diferenças construídas entre o masculino e o feminino. Gênero aqui não é o único campo de existência do poder, mas um espaço

privilegiado que possibilita o entendimento da organização da vida social. Portanto, dizer o que é ser homem ou o que é ser mulher e atribuir significados, papéis e funções a partir dessa identidade vai estabelecer relações de poder que por vezes colocará os sujeitos em polos opostos, o que pode acabar gerando a violência (Manita, 2005; Tonelli, Beiras, & Ried, 2017).

Para Lara, os conflitos tendem a ser resolvidos pela violência, pois as pessoas não são ensinadas a desenvolverem habilidades emocionais a fim de trazerem as dificuldades para um diálogo empático e autêntico sobre si mesmos (Martinot & Fiedler, 2016): *“As pessoas não são ensinadas a reconhecer o próprio sentimento, a expressar e elaborar esse sentimento, falar sobre ele. Aí quando entra num embate, num conflito, a forma mais conhecida de lidar é na violência mesmo, né”* (Lara). Uma leitura ecológica dessa fala é a de que aquele que comete a violência não teria habilidades emocionais para resolver situações de embate, uma vez que não apresenta experiências e conhecimentos desenvolvidos durante sua trajetória desenvolvimental. Nesse sentido, esses recursos assumiriam um papel importante, enfraquecendo as disposições pessoais da pessoa diante dos seus processos proximais. Especificamente, segundo a teoria, essa pessoa utilizaria recursos desorganizadores ao recorrer a agressões e à violência, justamente por ter dificuldade ao conter emoções ou comportamentos, ou seja, não ter habilidades emocionais para lidar com os conflitos de outra forma. É importante salientar que o desenvolvimento de uma pessoa envolve principalmente os processos proximais e as interações, bem como os padrões de estabilidade quanto de mudanças das características biopsicológicas dos sujeitos em suas vidas através das gerações (Bronfenbrenner, 2011; Fontes & Brandão, 2013; Koller, 2011).

Em uma perspectiva de gênero, é importante pontuar que é impossível falar de masculinidade de maneira genérica, uma vez que existem masculinidades, com vários modelos de ser homem (Heilborn & Carrara, 1998). Contudo, em todas as culturas, um modelo de masculinidade prevalece como correto e normatizador de condutas (Aguiar, 2009). Scott (1995) argumenta que o estudo desses modelos que ditam ideias sobre papéis adequados a homens e

mulheres faz parte da construção de gênero que se dá pela via dos dispositivos culturais e da criação inteiramente social dessas condutas.

Diante dessas construções de gênero estereotipadas, algumas habilidades nos homens tendem a ser pouco desenvolvidas ou completamente negligenciadas, sobretudo aquelas que são compreendidas como femininas, tais como a expressão dos próprios sentimentos. Portanto, não há indícios biológicos de que as mulheres são mais assertivas e empáticas para expressar seus próprios sentimentos do que os homens, provavelmente elas desenvolvem essas habilidades por ser isso o que se espera delas, ao passo que homem não é cobrado socialmente para a aquisição de tais competências (Mason & Mason, 1994). Durante um dos encontros sobre gênero no grupo acompanhado, quando a equipe questionou aos participantes *“do porquê as mulheres terem mais facilidade para chorarem, eles responderam que isso acontece pelo fato de terem sido criados para não serem fracos, para não falharem, e que o choro traz essa ideia”* (Diário de Campo).

Sobre esse aspecto das construções do masculino e do feminino na sociedade, os membros da equipe divergem um pouco em suas concepções. Paulo percebe o masculino *“ainda marcado por privilégios e a relação entre os dois polos ainda muito desigual”*. Em contrapartida, Cássia, Lara e Caio acreditam que mudanças estão ocorrendo, fato que pode ser visto nas gerações mais novas, ao perceber que as demarcações do que é ser homem e ser mulher estão menos polarizadas.

A profissional Lara acrescenta que as mudanças são pequenas, mas que consegue ver *“vários femininos e vários masculinos”*. Ela salienta que gosta de trazer para o grupo a reflexão de que *“eu não deixo de ser homem se eu sou sensível, eu não deixo de ser homem se eu choro, eu não deixo de ser homem se eu falo com a minha esposa sobre o que eu to sentindo”* (Lara). Para Cássia, *“as pessoas devem se libertar dessas amarras, dessas exigências, desses padrões que são impostos pela cultura heteropatriarcal”*, pois *“quanto mais você marca os papéis,*

quanto mais você se apega a esses papéis conservadores, mais chance de haver violência, porque a rigidez gera violência” (Cássia).

Desta forma, a equipe entende que a participação dos homens no grupo é de fundamental importância, a fim de levá-los a questionar esses papéis engessados que devem exercer nas relações e interações sociais, buscando apresentar aos participantes essas novas formas de ser homem, de ser masculino. Além disso, o intuito é responsabilizá-los pelas condutas cometidas a partir do reconhecimento da violência. Essa participação se faz necessária ao pensarmos nas rígidas e desiguais relações de poder que existem entre homens e mulheres e nas diferenças de gênero que legitimam as práticas violentas.

O autor de violência: uma intervenção possível

Como já mencionado, a participação do homem se dá, preferencialmente, na modalidade grupal e via encaminhamento da vara de violência doméstica. Por conta da obrigatoriedade do acompanhamento, muitos homens chegam ao serviço revoltados e discordando da participação. Essa resistência inicial só se ameniza, normalmente, depois de alguns encontros do grupo, momento em que o homem passa a perceber aquele local como acolhedor e começa a se identificar com outros participantes, favorecendo a mudança de sentimentos em relação à participação. A abordagem ecológica enfatiza o contexto relacional no qual a pessoa encontra-se inserida, destacando o papel das relações interpessoais e a necessidade de que estas sejam marcadas pela expressão do afeto, pela reciprocidade e equilíbrio de poder. Desta forma, assegurando que esses elementos estejam presentes no grupo, entende-se que o desenvolvimento do homem pode vir a acontecer de forma saudável e com mais efetividade nesse processo de reflexão (Bronfenbrenner, 2011; Koller, 2011).

De acordo com a equipe, os temas que serão trabalhados a cada grupo são escolhidos a depender da demanda e realidade que o conjunto de participantes apresenta. Contudo, os

profissionais entendem que há quatro eixos temáticos que devem ser discutidos em todos os grupos, pois são fundamentais no trabalho com o autor de violência: gênero, sentimentos, comunicação e tipos de violência/Lei Maria da Penha. Além disso, os quatro profissionais acreditam que a questão de gênero está atravessada em todos os temas discutidos, reafirmando a noção de gênero trazida por Scott (1995) de que gênero é uma categoria fundamental por meio da qual se atribui sentido a tudo (por exemplo, azul é masculino e rosa é feminino), é uma maneira de organizar as relações sociais (roupas, profissões, banheiros separados pelo sexo) e é também uma estrutura de identidade pessoal (meninos, homens, meninas, mulheres). Segundo Manita (2005), as questões de gênero e poder são basilares nas situações de violência doméstica, portanto, tais temas não podem ser negligenciados pelos programas.

Além dessas temáticas, a equipe citou outras que normalmente são levadas para os encontros. Caio e Cássia mencionaram as relações familiares e os aspectos voltados à constituição dos relacionamentos. Ambos acreditam que discutir “*família, filhos, o que é um conceito de família, o que é uma realidade de família, o que é uma família hoje*” está intimamente ligado à violência, “*porque a violência vai chegar até os filhos, ela não fica só na relação conjugal*” (Caio).

Discutir a rede de apoio do homem também é um tema relevante, tendo em vista que ele “*acaba vivendo em um isolamento, ele tem uma rede, mas muitas vezes só é a rede de buteco, da bebida, e a gente precisa ter uma rede muito maior*” (Caio). Outros temas considerados importantes foram o alcoolismo, sexualidade, políticas públicas e cidadania.

Por entender que gênero é um tema que perpassa tantos outros, a equipe respondeu acreditar que o fato de o grupo ser coordenado por homens é diferente de quando a coordenação é feita por mulheres. Lara e Paulo acreditam haver mais desafios para as mulheres nessa condução, tendo em vista que algumas coisas que são ditas no grupo mexem com as mulheres para além do campo profissional, mas pela condição de ser mulher. Paulo defende haver uma

dificuldade para o homem, quando o mesmo coordena o grupo, pois, em alguns momentos, ele precisa mostrar que não está fazendo uma aliança ou que não está formando uma irmandade com os participantes, quando a discussão se polariza nas questões de gênero. Os profissionais percebem que os homens se soltam mais para falar de determinados assuntos quando a coordenação é feita apenas por homens, mas, em contrapartida, acreditam que ter as duas figuras na coordenação é mais interessante, pois é importante que os dois gêneros interajam nas discussões que emergem no grupo (Amado, 2014; Beiras, 2014; Coelho, Natividade, & Gaetani, 2008; Lopes & Leite, 2013).

A partir dos dados registrados em diário de campo pela pesquisadora, a impressão é a de que os homens se sentem mais à vontade para dizerem assuntos relacionados à masculinidade e à sexualidade quando há um homem conduzindo o grupo. Em alguns momentos houve um incômodo por parte da pesquisadora com falas preconceituosas, que traziam à baila a visão dos participantes de que mulher é mais frágil e mais “dramática”. Ao mesmo tempo, ficou perceptível que muitos deles nunca tinham falado sobre alguns assuntos levantados no grupo. Para os participantes mais velhos, conversar com outros homens questões relacionadas à construção da masculinidade pareceu ser algo muito novo.

A participação do encaminhado é fundamental para que a política de enfrentamento à violência possa ter resultados mais favoráveis na não reincidência e na prevenção do problema, entendendo que o homem que participa pode disseminar o que foi aprendido naquele microssistema (grupo) para outros microssistemas dos quais faz parte (Koller, 2011). Lara traz *“eu vejo como essencial. Eu não vejo um trabalho em violência doméstica eficaz, eficiente, sem trabalhar com os homens também. É essencial trabalhar com as duas partes”*. Desta forma, para a equipe, o trabalho sem o envolvimento do homem acaba se tornando frágil no rompimento do ciclo da violência.

De forma geral, os profissionais veem o grupo como um espaço no qual o homem tem a oportunidade de discutir assuntos como: o se entender homem e a construção do masculino que legitima as desigualdades de poder entre homens e mulheres, buscando desconstruir ideias machistas e sexistas; refletir e reconhecer as práticas violentas cometidas pelos homens, na tentativa de trazer a responsabilização e prevenção de outros atos que possam vir a acontecer; buscar elegeer soluções para que os conflitos sejam resolvidos pela via da não violência; informar-se sobre os tipos de violência e as questões referentes à Lei Maria da Penha; refletir sobre seus relacionamentos e os papéis sociais que homens e mulheres exercem; reconhecer os sentimentos, além de buscar estratégias de comunicação mais assertivas e não violentas. Outro fator levantado foi o espaço que o grupo oferece ao servir como um lugar onde o homem pode chorar, desabafar e falar de coisas que são difíceis e que, normalmente, ele não falaria em outros locais.

A equipe acredita que o trabalho com o autor de violência para que não haja reincidência deve incluir, além da reflexão e informação dos temas destacados, a responsabilização dos homens, pois ao chegarem no grupo poucos concordam que devam participar das atividades. O discurso dos autores está sempre no campo da culpabilização da mulher, na tentativa de justificar seus comportamentos agressivos e violentos. Em consonância com essa ideia, a equipe confronta essas falas, acreditando que *“não dá pra sair daqui (grupo) falando que não fez nada, até porque é muito ampla a noção de violência”* e destaca *“que a escolha é sempre do sujeito frente à relação e às consequências do seu ato”* (Paulo).

A equipe e o serviço: percepções dos profissionais sobre o programa e suas atuações

Os participantes percebem o serviço de forma positiva, apesar de toda dificuldade enfrentada. De forma geral, acreditam que é um programa que tem uma grande importância dentro da política de combate à violência contra as mulheres no DF (Aguiar, 2009; Silva, 2015),

demonstrando ter *“um diferencial ao incluir a mulher no acompanhamento”*, levando *“o trabalho pra uma perspectiva familiar”* (Caio). Cássia questiona este aspecto ao considerar que o núcleo não atende a família dos acompanhados (mulher e filhos), tal como o nome do programa sugere. Para ela, o acompanhamento é realizado prioritariamente aos homens autores de violência, deixando a desejar no atendimento prestado aos demais membros do microsistema familiar.

Nesse sentido, a profissional Lara ressaltou a necessidade de aumentar a adesão das mulheres, traçando estratégias para que elas também cheguem e permaneçam no serviço. A não obrigatoriedade de estar em acompanhamento, pelo fato de a mulher ser a vítima no processo, faz com que as equipes tenham que repensar as ações formuladas a esse público.

Para a teoria bioecológica, os processos proximais são elementos centrais no estudo do desenvolvimento humano e são compreendidos como sendo a interação do ambiente com as características da pessoa que operam ao longo do tempo (Koller, 2011). Desta forma, envolver a mulher e os filhos no acompanhamento e realizar efetivamente uma intervenção familiar pode aumentar a chance de rompimento do ciclo da violência, além de ampliar o cuidado aos membros da família, já que todos fazem parte do microsistema conflituoso. Trabalhar nessa perspectiva é fomentar fatores de proteção na família, ao buscar prevenir ações violentas no macrotempo familiar, ou seja, na transmissão geracional de comportamentos. Obviamente que essa participação deve se dar de modo protegido e com diversos cuidados, a fim de não expor a família a revitimizações. Avaliar a possibilidade ou não desse trabalho mais integrado deve ser uma constante nesses serviços.

Para Cássia, a maior fragilidade do núcleo é o fato do serviço absorver a demanda apenas do judiciário, pois *“ao mesmo tempo que a suspensão obriga o homem a realizar o acompanhamento, ela o desresponsabiliza do ato cometido, pois no fim, não haverá condenação”*. Para a profissional, a mulher passa por um processo muito doloroso até conseguir

realizar a denúncia e a não condenação desse homem faz com que esse processo seja desconsiderado. Além disso, acredita que a Justiça, ao aceitar a suspensão e encaminhar o homem para o núcleo, desobriga-se desse problema, ou seja, deixa a responsabilidade de trabalhar esse tema com o acusado nas mãos do núcleo de acompanhamento.

O formato que o núcleo tem de acolher a demanda da vara de violência é delicado, pois, com isso, *“a equipe se fecha em atender apenas esse público da judicialização, e acaba por depender sempre da vontade da promotoria e de juízes no encaminhamento ou não dos homens”* (Cássia). Para ela, o serviço tem potencial para ampliar sua rede social de atendimento e para ser referência no território, acolhendo demanda de outros instrumentos e realizando trabalho de prevenção nas diversas instituições da comunidade, tais como escolas, presídios, rede de saúde, assistência, entre outras. No atual formato, o núcleo acaba acompanhando apenas casos nos quais a violência já está instaurada e foi judicializada, além de deixar de servir a população ao priorizar atender ao judiciário, pois trata-se de uma política pública realizada pelo executivo e não pelo judiciário.

De forma geral, os profissionais falaram da grande fila de espera que existe no serviço atualmente, cerca de oito meses a um ano para iniciarem o acompanhamento, tempo contado a partir do primeiro dia que homem compareceu no serviço. Para Cássia, esse período de não intervenção desprotege a mulher e, apesar dos profissionais acreditarem que o serviço ofertado é muito diferente daquele realizado na Justiça, essa espera se assemelha ao *“timing”* do judiciário, quando se refere à morosidade da resolução dos litígios judiciais.

Esse aspecto faz com que a equipe se sinta pressionada a realizar acompanhamentos mais rapidamente, encurtando o tempo que o homem fica vinculado ao núcleo. Sobre isso, Caio também concorda que *“não deveria haver essa espera”*, por acreditar que *“casos de violência são como em um hospital, se você está doente e vai na emergência, vai querer ser atendido naquele dia, ser medicado, vai fazer o mínimo pra compreender o que você tem, ne?”*. Nesse

sentido, eles acreditam que a intervenção é mais eficaz quando ocorre *“logo no início, no momento que tá ali no ciclo da violência”* (Caio). Com a demora do início do acompanhamento, *“o homem não dá muita credibilidade no trabalho”*, pois *“o conflito que gerou a violência já passou”* (Caio). Cássia mencionou que o serviço deveria realizar uma avaliação de risco inicial, logo no primeiro contato que o homem e a mulher têm com o núcleo. Essa avaliação é feita atualmente no momento da acolhida, ou seja, depois que se passaram os meses de espera para o atendimento.

Caio, Paulo e Lara destacam a dificuldade em mensurar a eficácia do serviço, tendo em vista que uma análise de efeito com os participantes após o término do grupo não é feita. Os referidos profissionais acreditam não ser esse o objetivo do trabalho oferecido e entendem que mudanças de comportamentos são processuais e que a reflexão dos temas discutidos já se configura como um avanço importante. Esse refletir é percebido por boa parte dos participantes, mas *“não se sabe como é depois lá fora, na relação, na vida social”* (Caio).

Ao fim do acompanhamento, os homens elogiam bastante o serviço e o feedback positivo deve-se ao acolhimento do homem no grupo e ao tratamento humanizado, leve e não estigmatizado oferecido pela equipe. Lara pontua *“a gente aqui não tem esse olhar pra ele enquanto um criminoso. Aqui a gente o reconhece como ser humano, como um homem que sofre e que tem limites, potenciais, sentimentos. E isso é humanizar, né.”*

Quando questionados sobre como avaliam suas atuações, os quatro participantes disseram que tentam fazer o melhor para que o acompanhamento possa provocar reflexões e possa tirar o homem da sua zona de conforto, a fim de gerar mudanças efetivas na forma de lidar com os conflitos. O trabalho com a violência é difícil e desafiador, de acordo com suas falas, mas a lida com o tema fez com que eles amadurecessem pensamentos e ficassem mais sensíveis e atentos às relações que constroem. Paulo afirma *“trabalhar aqui além de ser difícil é... te edifica muito nesse sentido, é... você aprende mais sobre isso e vê na prática algumas*

coisas, você fica mais sensível a algumas coisas, entende? Enquanto pessoa tem coisas que eu aprendi, sem dúvida, aprendi muito". Nesse sentido, percebe-se que os elementos de força, que são características que podem colocar ou não os processos proximais em desenvolvimento (Koller, 2011) estão presentes nos processos desenvolvimentais de cada membro da equipe, podendo ser vistos nas interações e trocas dos profissionais com as histórias de vida dos homens no grupo.

Para Paulo, Caio e Lara, em muitos momentos há dificuldade também com questões estruturais, como falta de material físico para o pleno desenvolvimento das ações, tais como papel, cartucho de impressora, telefone, internet, entre outros itens. Outro apontamento é o fato do executivo *"não disponibilizar espaço físico adequado e com segurança para que o serviço funcione"* (Caio). O local que atualmente o núcleo utiliza é cedido pelo Ministério Público por meio do termo de cooperação que as duas instituições firmaram.

Além disso, em todos os núcleos, falta equipe para compor o quadro de funcionários, o que acarreta uma sobrecarga e acúmulo de serviço para quem já está atuando. Outro aspecto ligado à equipe é que, de acordo com Caio, quase 90% dos profissionais do programa como um todo são psicólogos, ou seja, a equipe, que, teoricamente deveria ser multiprofissional, não possui a diversidade necessária para ampliar o olhar sobre o fenômeno da violência. Apesar desse aspecto, Lara, Cássia e Paulo acreditam que o quadro de funcionários conta com bons profissionais, engajados no tema e que buscam aprimoramento sempre.

Os quatro participantes criticaram a mudança constante de gestão, tanto em nível micro, de secretaria, quanto macro, de governo. Essa mudança acaba por dificultar a continuidade de algumas ações e acarreta inseguranças pela instabilidade gerada (Beiras, 2014; Lopes & Leite, 2013). Na maioria dos casos, conforme mencionado nas entrevistas, os secretários são pessoas que pouco entendem da política de enfrentamento à violência, bem como as nuances que perpassam o trabalho, como por exemplo, as questões de gênero. Lara exemplifica esse aspecto

pontuando que as equipes ficam “*meio que a mercê de governos, é como se fosse a família que tem os pais que não são presentes, e que não são participativos, e que não conhece os filhos*”. De acordo com ela, esses fatores contribuem também para a desmotivação dos profissionais. Ao mesmo tempo, afirmou que sua motivação “*vem muito da crença no trabalho e na política, por acreditar que o serviço cumpre um papel importante na sociedade*”. Tais aspectos estão relacionados aos elementos de demanda, que podem estimular ou não o estabelecimento dos processos proximais dos integrantes da equipe (Koller, 2011; Lordello & Costa, 2014).

Os profissionais aludiram que ainda não há um regimento interno que documente as práticas realizadas, além de pouco investimento em capacitações periódicas para a equipe. O profissional que deseja se aprimorar nos temas relevantes ao trabalho deve procurar fazê-lo por conta própria. Todos esses fatores corroboram para a não valorização da política pública de combate e enfrentamento à violência (Beiras, 2014; Lopes & Leite, 2013).

Com a sobrecarga dos profissionais diante da grande demanda, a equipe se percebe pouco reflexiva sobre a atuação e o formato do serviço, pois “*pensar sobre o serviço demandaria mais... mais disponibilidade mesmo*” (Lara). Sendo assim, a equipe “*acaba ficando muito na execução e pensa pouco sobre ele (serviço)*” (Lara).

Esses apontamentos trazem à baila a necessidade de maior investimento nesses profissionais como potencializadores de uma política de combate à violência, atenção essa que não passa apenas pelo constante incremento da formação, mas também pelo cuidado com a saúde e as condições de trabalho em uma temática complexa e de forte repercussão emocional. Apesar das demandas ainda descobertas e de diversos elementos que circunscrevem uma atuação profissional considerada mais efetiva nesse contexto, tal grupo de entrevistados demonstrou engajamento e vasto repertório teórico e de práticas para a execução de um trabalho necessário e que pode ser aprimorado. Ao emprestarmos nossos ouvidos a esses relatos, operamos a potencialização de sugestões e recomendações para essa atuação, o que pode e deve

ser refletido constantemente, tanto internamente pelas equipes, quanto externamente pelos profissionais que costumam os investimentos nesse domínio. Dar visibilidade a esse trabalho é uma recomendação premente.

Considerações finais

Na teoria bioecológica, os processos podem ser dificultados ou estimulados pelo microsistema, que se configura como um contexto transformador e que promove impactos inegáveis no desenvolvimento da pessoa que dele participa (Lordello & Costa, 2014). Desta forma, pensar o grupo como um dos microsistemas que podem vir a transformar as trajetórias de vidas dos homens autores de violência é entender que esse espaço se faz como de extrema importância na busca pelo enfrentamento à violência.

Apesar de toda dificuldade relatada pela equipe, observa-se que os profissionais empenham-se na oferta de um serviço de qualidade, pautado na responsabilidade de promover mudanças nesse quadro da violência intrafamiliar e interrelacional. Esse empenho é percebido pelos homens, tendo em vista o feedback positivo que os mesmos dão ao fim do grupo.

Entendendo que a participação no grupo faz parte dos processos proximais que o homem tem na sua trajetória, tentar garantir alguns elementos nesse período de acompanhamento contribui no aumento da possibilidade de que o seu desenvolvimento no que tange ao contexto da violência possa acontecer de forma positiva. Um desses elementos é a oferta de escuta que se faz no grupo, já que, de forma geral, os homens pouco ou nunca conversam sobre suas dificuldades, sentimentos, medos, anseios e angústias.

Percebe-se que a equipe tem que balizar sua atuação sempre na lógica de confrontar ideias machistas, sexistas e legitimadoras de violência, ao mesmo tempo que se propõe a oferecer um espaço de escuta, cuidado, reflexão e aprendizagem no qual as nuances do ser homem, do sentir e do cuidar sejam o centro das discussões. O trabalho focado nas construções

de gênero é de extrema importância, pois abarca aspectos dos microsistemas nos quais os homens autores estão inseridos e também do macrosistema que envolve a cultura e a sociedade.

Por fim, a luta pela diminuição dos números da violência contra as mulheres e consequentemente a mudança de realidade não deve se ater apenas aos serviços que realizam o acompanhamento do homem autor de violência, mas deve envolver outros espaços e setores públicos, tais como a educação, a saúde, a assistência, o setor privado e os coletivos. Embora o presente estudo possua como limitação o fato de ter acompanhado um único serviço, com características específicas e que nem sempre podem ser generalizadas para outros contextos de atuação, destaca-se que o retrato das demandas dos profissionais em tela pode balizar o modo como essas práticas têm sido planejadas e executadas, haja vista que o fenômeno da violência é complexo e multidimensional. Para estudos futuros, recomenda-se o delineamento de propostas que possam auxiliar no acompanhamento desses casos pós-grupos, bem como a inserção de medidas de efetividade das estratégias grupais, permitindo o aprimoramento do trabalho prestado nesse contexto.

Referências

- Acosta, F., & Soares, B. M. (2012). *SerH - Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres*. RJ: ISER. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/ISER_responsabilizacao-autores-de-violencia-contra-mulheres.pdf
- Aguiar, L. H. M. (2009). *Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

- Amado, R. M. (2014). *Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres: uma análise de quadros interpretativos*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Atallah, R., Amado, R., & Gaudioso, P. (2013). Experiências no trabalho com homens autores de violência doméstica: reflexões a partir da experiência do SerH. In Leite, F., & Lopes, P. V. L. (Orgs.), *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* (pp. 65-85). Rio de Janeiro: ISER.
- Barsted, L. L. (2011). O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência. In L. L. Barsted & J. Pitanguy. (Coord.). *O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010* (pp. 346-381). Brasília: CEPIA/ONU Mulheres.
- Beiras, A. (2014). *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS. Recuperado em 24 novembro, 2016, de http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf.
- Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. M. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Campos, C. H., & Carvalho, S. (2011). Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: C. H. Campos (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. (1ª ed. pp. 143-169). Rio de Janeiro: Lumen Juris. Recuperado em 23 março, 2018, de http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/1_8_tensoes-atuais.pdf.

- Cepia [Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação] (2016). *Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência*. Rio de Janeiro. Recuperado em 25 março, 2018, de http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/07/relatorio_cepia_responsabilizacao-homens-autores-de-violencia.pdf.
- Cerqueira, D., Matos, M., Martins, A. P. A., & Junior, J. P. (2015). Texto para discussão – Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. IPEA, Brasília, DF. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-efetividade-da-lei-maria-da-penha>.
- Coelho, C. M. S., Natividade, C., & Gaetani, R. R. B. (2008). Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação. *Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e Poder*, Florianópolis, SC. Recuperado em 10 novembro, 2016, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Coelho-Natividade-Gaetani_42.pdf.
- Costa, B. S. (2014). *Mulheres, violência e direito: a suspensão condicional do processo e a lei maria da penha*. Brasília: Curso de Graduação em Direito, Universidade de Brasília (UnB). Recuperado em 23 março, 2018, de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8925/1/2014_BrunaSantosCosta.pdf.
- De Tilio, R. (2014). Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, 14(2), 125-148.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 5, 139-154.
- Fontes, R. C. C., & Brandão, M. R. F. (2013). A resiliência no âmbito esportivo: uma perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. *Motriz*, 19(1), 151-159.

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado em 03 março, 2018, de <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>.
- Granja, E. (2008). *Entre crimes e castigos: matriz de (im)possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Heilborn, M. L., & Carrara, S. (1998). Em cena, os homens... *Estudos Feminista*, 6(2), 370-374.
- Koller, S. H. (Org.). (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Koller, S. H., Morais, N. A., & Paludo, S. S. (Eds.). (2016). *Inserção ecológica: Um método de estudo em desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lei nº 9099 de 26 de setembro de 1995*(1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília. 1995. Recuperado em 15 março 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm.
- Lei nº. 11.340, 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha* (2006). Brasília, DF. Recuperado em 24 abril 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721-743.
- Lima, M. L. C., & Mélo, R. P. (2008, novembro). Os homens no cenário da Lei Maria da Penha. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, SC, Brasil, 6. Recuperado em 23 março, 2018, de

http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST21/Toneli-Lago-Beiras-LodettiClimaco_21.pdf.

- Lopes, P. V. L., & Leite, F. (orgs.) (2013). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser - Instituto de Estudos da Religião. Recuperado em 15 novembro, 2016, de http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf.
- Lordello, S. R., & Costa, L. F. (2014). Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. *Contextos clínicos*, 7(1), 94-104.
- Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. V., Labronici, L. M., Mantovani, M. F. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Esc. Anna Nery*, 18(4),600-606.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal*. Lisboa: SerSilito – Maia.
- Martinot, A. F., & Fiedler, A. J. C. B. P. (2016). A importância da CNV - comunicação não violenta - na realização do processo de autoconhecimento. *Revista Educação*, 11(1), 58-77.
- Mason, B., & Mason, E. (1994). A masculinidade e o trabalho com as famílias. In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 221 a 229) (M. C. B. Fernandes, Trad.) Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Morais, N. A., Cerqueira-Santos, E., Moura, A. S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 263-272.
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94.

- Oliveira, K. L. C., & Gomes, R. (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2401-2413.
- Pereira, S. C. (2014). *A atuação do poder público brasileiro frente aos agressores de violência doméstica contra a mulher*. Santos, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo. Recuperado em 23 março, 2018, de http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/07/SHEILACRISTINAPEREIRA_Aatuacaodopoderpublicofrente aosagressores2014.pdf.
- Pitanguy, J. (2011). Advocacy e Direitos Humanos. In L. L. Barsted & J. Pitanguy. (Coord.) *O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010* (pp. 20-56). Brasília: CEPIA/ONU Mulheres.
- Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. (2011). Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, Presidência da República. Recuperado em 12 novembro, 2016, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>.
- Prates, P. L. (2013). *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher* (Tese de Doutorado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152-160.
- Reis, D. C. (2016). *Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de vida* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Recuperado de <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Psicologia-Daniela-Castro-dos-Reis.PDF>.

- Scorsolini-Comin, F. (2016). *Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicações*. São Paulo: Vetor.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. (Dabat, C. R. & Ávila, M. B. Trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secretaria de Políticas para as mulheres. (2014). *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Recuperado em 23 março, 2018, de http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf.
- Silva, M. V. O. (2015). *NAFAVD: Um retrato de um serviço de atendimento a autores de violência no distrito federal*. Brasília: Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB). Recuperado em 07 fevereiro, 2018 de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15527/1/2015_MarcosVeniciusdeOliveiraSilva.pdf.
- Tonelli, M. J. F., Beiras, A., & Ried, J. (2017). Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1), 174-193.
- Tozatte, L. M. (2015). *Medidas despenalizadoras nos Juizados Especiais Criminais Estaduais- Lei no 9.099/1995*. Recuperado em 20 fevereiro, 2018, de http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Como foi possível observar nos dois estudos empíricos realizados, o processo de acompanhamento psicossocial ao homem autor de violência ainda sofre alguns entraves na sua efetivação. No que tange à questão do homem autor, percebe-se que a forma com que ele chega ao serviço – resistente, sem concordar com a participação, sem compreender exatamente a Suspensão Condicional do Processo (SCP), alegando que não foi ouvido e culpabilizando a mulher pelo ocorrido – diz da condição obrigatória do cumprimento, dos sentidos atribuídos a cada um sobre o envolvimento com a Justiça e sobre a forma com que o encaminhamento judicial é feito desde a oitiva na delegacia à audiência na vara de violência doméstica. Em relação ao serviço em questão, esses entraves coadunam com dificuldades em nível de gestão nacional e estadual e na falta de políticas específicas sobre esse tipo de serviço que possam trazer maior embasamento teórico para os programas em vigência e para aqueles que possam vir a ser criados; e na ausência de incentivo, aprimoramento e melhoria da estrutura física e material oferecida, bem como dos recursos humanos presentes, responsáveis pelos atendimentos aos homens autores de violência. Nota-se que o prolongado tempo de espera para ser atendido também pode corroborar na forma com que o homem irá conceber a participação no serviço e conseqüentemente no grupo.

A demanda judicializada do núcleo pode ser configurar uma fragilidade do serviço, na medida em que os encaminhamentos são motivados conforme o entendimento dos agentes do judiciário sobre o assunto. Percebe-se, entretanto, uma grande potencialidade para expandir essas parcerias com outros instrumentos da rede, tal como serviços da área da saúde, assistência, educação e segurança pública.

Ressalta-se como importante a constante capacitação da equipe, tendo em vista a complexidade do fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres e suas

interloquções com as questões de gênero. Adicionalmente, sugere-se que o serviço possibilite um espaço de cuidado para as equipes responsáveis pelos atendimentos, na busca da promoção de condições melhores de bem-estar emocional aos profissionais. Nota-se, também, necessidade de olhar para os integrantes da equipe não apenas baseado nas suas percepções, práticas e experiências, mas em como eles se sentem em trabalhar com esse tema e nesse serviço, considerando que o microsistema do grupo também influencia suas trajetórias de vida e relações.

Diante desse cenário, mesmo em meio às dificuldades, o serviço consegue realizar um acompanhamento adequado, que tem possibilitado reflexões importantes aos participantes sobre a violência cometida. Além disso, esse tipo de intervenção se mostrou importante no questionamento e conseqüentemente na desconstrução de ideias patriarcais, machistas, sexistas, baseadas nas diferenças de poder entre homens e mulheres, que, quase sempre, estão relacionadas à ocorrência e manutenção da violência.

Mesmo em meio à não concordância em participar por parte da maioria dos participantes, há muitos aspectos de promoção de saúde e de proteção observados em suas falas, que tomam mais sentido e força com a participação no grupo. Os homens, ao perceberem que o grupo é um espaço seguro, acolhedor e de escuta, onde eles podem falar dos seus sentimentos, dúvidas, anseios e medos, acessam recursos internos que ajudam na superação e construção de alternativas à situação de violência, além de contribuir na ressignificação de suas histórias de vida.

Este estudo não se ateve a estudar com profundidade se o encaminhamento do autor de violência pela SCP é positiva ou não e se a parceira entre a vara de violência com o núcleo se configura como apenas de encaminhamento e devolutiva sobre o acompanhamento, ou se há um envolvimento maior entre ambos. Especificamente, sobre o delineamento da pesquisa, apropriando-se do modelo bioecológico, percebeu-se que a inserção ecológica possibilitou

maior apreensão de nuances do serviço e das vicissitudes do processo de acompanhamento, superando um elemento dificultador de adentrar em ambientes ligados ao judiciário.

A presente investigação concluiu que a mudança de comportamento é possível e que integrar o homem autor de violência nos serviços é tratar do assunto de forma mais humanizada, tendo em vista que o ele também possui necessidades a serem atendidas e dificuldades diversas que perpassam a educação que receberam. Pretende-se fomentar discussões sobre masculinidade e violência contra as mulheres, além de subsidiar a elaboração de práticas e políticas públicas mais alinhadas à efetivação do trabalho com o autor de violência. A devolutiva dessa Dissertação junto aos seus colaboradores também é uma parte fundamental desse processo, o que será realizado não apenas como forma de respeito ético aos envolvidos, mas podendo constituir um instrumento educativo e reflexivo, compondo repertórios que podem e devem ser fomentados constantemente.

Em termos das limitações dos estudos que compõem a presente Dissertação, destaca-se a dificuldade de acompanhamento do grupo e dos homens pré e pós-intervenção. As perdas amostrais são esperadas, mas estratégias para maior controle desse viés podem ser amadurecidas em investigações futuras, o que também pode envolver um trabalho de maior engajamento da equipe nesse processo de pesquisar. Convidar a equipe para esse lugar pode também ser potente na produção de dados, interpretações e sínteses que sejam acolhidas tanto no serviço quanto na Dissertação. A comparação do pré e pós-grupo também pode ser conduzida a partir de estratégias metodológicas mais robustas, trazendo evidências que possam ser acolhidas pela equipe na melhoria do serviço. A decisão por retratar um único serviço contribuiu para uma abordagem mais próxima tanto dos homens atendidos quanto dos profissionais envolvidos no processo, mas também pode constituir um cenário restrito, com características específicas e de difícil generalização. Paradoxalmente, os apontamentos aqui

elencados podem ser disparadores de reflexões em outras equipes e serviços, ainda que as características possam ser distintas, em uma perspectiva de ampliação de vozes acerca do tema.

Para além desses aspectos, deve-se destacar a inserção da pesquisadora em campo com todos os vieses que atravessam esse processo. O ser pesquisadora, mulher, externa ao serviço e psicóloga são “lugares” que receberam diferentes endereçamentos no fazer da Dissertação. Problematizar esses “lugares”, a partir de uma utilização mais aprofundada do diário de campo, por exemplo, pode trazer novas considerações para algumas das questões aqui exploradas, mas fundamentalmente sobre o pesquisar nesse contexto.

Ao final dessa Dissertação, recomenda-se que esse campo complexo possa ser revisitado por mais estudos e propostas, em um diálogo entre serviço e academia. A inserção ecológica aqui empreendida mostrou-se uma estratégia potente no estabelecimento desse diálogo, ampliando as ressonâncias do trabalho realizado com esses homens e também dos estudos que buscam problematizar essas práticas. Esse espaço de interlocução pode e deve ser revisitado constantemente, compreendendo que o conhecimento científico não se finda nesses estudos, pelo contrário. Que novos olhares para a equipe e para os homens autores de violência possam ser lançados. Que eles tenham lugar de fala e espaço real de escuta. Mas que também as mulheres vitimadas possam ser acolhidas, respeitadas e possibilitadas do pleno exercício de cidadania e de gozo de direitos. Trazer à baila essas diferentes perspectivas sobre o fenômeno da violência é uma necessidade premente para estudos vindouros. Que as políticas públicas de combate e enfrentamento da violência contra as mulheres possam, de fato, proteger, cuidar e, para além disso, ser educativas em um sentido mais amplo e complexo, realidade esta que buscamos aqui retratar a partir de opções metodológicas e recortes necessários ao fazer da pesquisa, mas que não fragmentam a importância do tema e a sua inscrição não apenas nas histórias de vida das pessoas envolvidas, mas em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

- Abritta, S. D., Roque, F. C. F., & Ramos, M. E. C. (2015). A importância do acolhimento e do aquecimento em grupos sem demanda no contexto da Justiça. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 6-15.
- Acosta, F., & Soares, B. M. (2012). *SerH - Documento base para a elaboração de parâmetros técnicos para os serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres*. RJ: ISER. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/ISER_responsabilizacao-autores-de-violencia-contra-mulheres.pdf
- Acosta, F., Andrade Filho, A., & Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero - Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. Recuperado de http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf.
- Aguiar, L. H. M. (2009). *Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Amado, R. M. (2014). *Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres: uma análise de quadros interpretativos*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Atallah, R., Amado, R., & Gaudioso, P. (2013). Experiências no trabalho com homens autores de violência doméstica: reflexões a partir da experiência do SerH. In Leite, F., & Lopes, P. V. L. (Orgs.), *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública* (pp. 65-85). Rio de Janeiro: ISER.
- Banin, S. A., & Beiras, A. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 523-535.

- Barsted, L. L. (2011). O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência. In L. L. Barsted & J. Pitanguy. (Coord.). *O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010* (pp. 346-381). Brasília: CEPIA/ONU Mulheres.
- Beiras, A. (2009). Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. In S. Rovinski & R. Cruz (Eds.), *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 129-144). São Paulo: Vetor.
- Beiras, A. (2012). *La (de)construcción de subjetividades em um grupo terapêutico para hombres autores de violencia em sus relaciones afectivas* (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, Espanha.
- Beiras, A. (2014). *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS. Recuperado em 24 novembro, 2016, de http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf.
- Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. M. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.
- Blay, E. A. (Coord.) (2014). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Campos, C. H., & Carvalho, S. (2011). Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: C. H. Campos (Org.). *Lei Maria da Penha*

- comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. (1ª ed. pp. 143-169). Rio de Janeiro: Lumen Juris. Recuperado em 23 março, 2018, de http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/1_8_tensoes-atuais.pdf.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92.
- Cepia [Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação] (2016). *Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência*. Rio de Janeiro. Recuperado em 25 março, 2018, de http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/07/relatorio_cepia_responsabilizacao-homens-autores-de-violencia.pdf.
- Cerqueira, D., Matos, M., Martins, A. P. A., & Junior, J. P. (2015). Texto para discussão – Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. IPEA, Brasília, DF. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-efetividade-da-lei-maria-da-penha>.
- Coelho, C. M. S., Natividade, C., & Gaetani, R. R. B. (2008). Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação. *Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e Poder*, Florianópolis, SC. Recuperado em 10 novembro, 2016, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Coelho-Natividade-Gaetani_42.pdf.
- Cortez, M. B., Padovani, R. C., & Williams, L. C. A. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 13-21.
- Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2017). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8.
- Costa, B. S. (2014). *Mulheres, violência e direito: a suspensão condicional do processo e a lei maria da penha*. Brasília: Curso de Graduação em Direito, Universidade de Brasília (UnB).

Recuperado em 23 março, 2018, de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8925/1/2014_BrunaSantosCosta.pdf.

- De Tilio, R. (2012). Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: um percurso histórico. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 2(1), 68-93.
- De Tilio, R. (2014). Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, 14(2), 125-148.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 5, 139-154.
- Ferreira, G. G., & Aginsky, B. G. (2013). Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. *Revista Katálysis*, 16(2), 223-232.
- Fontes, R. C. C., & Brandão, M. R. F. (2013). A resiliência no âmbito esportivo: uma perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. *Motriz*, 19(1), 151-159.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Recuperado em 03 março, 2018, de <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>.
- Foucault, M. (2014) *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2008). Homens desvelando as formas de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(2), 262-267.
- Granja, E. (2008). *Entre crimes e castigos: matriz de (im)possibilidades na atenção integral aos homens autores de violência de gênero* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

- Guareschi, N. M. F., Weber, A., Comunello, L. N., & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19(1), 122-130.
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266.
- Heilborn, M. L., & Carrara, S. (1998). Em cena, os homens... *Estudos Feminista*. 6(2), 370-374.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.
- Koller, S. H. (Org.). (2011). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Koller, S. H., Morais, N. A., & Paludo, S. S. (Eds.). (2016). *Inserção ecológica: Um método de estudo em desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Org.). (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. Recuperado de <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, A. (2003). The intergeneration transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17, 288-301.
- Lei 13.104 de 2015 – Lei do feminicídio* (2015). Brasília, DF. Recuperado em 20 de março de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.
- Lei nº 9099 de 26 de setembro de 1995*(1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília. 1995. Recuperado em 15 março 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm.

Lei nº 9099 de 26 de setembro de 1995(1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília. 1995. Recuperado em 15 março 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm.

Lei nº. 11.340, 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006). Brasília, DF. Recuperado em 24 abril 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721-743.

Lima, D., Buchele, F., & Clímaco, D. (2008). Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 69-81.

Lima, M. L. C., & Mélo, R. P. (2008, novembro). Os homens no cenário da Lei Maria da Penha. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, SC, Brasil, 6. Recuperado em 23 março, 2018, de http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST21/Toneli-Lago-Beiras-LodettiClimaco_21.pdf.

Lisboa, T. K. (2005, agosto). Violência e relações de gênero – definindo políticas públicas. *Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, MA, Brasil, 2. Recuperado de www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/.../Teresa%20Kleba%20Lisboa319.pdf.

Lopes, P. V. L., & Leite, F. (orgs.) (2013). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser - Instituto de Estudos da Religião. Recuperado em 15 novembro, 2016, de http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf.

Lordello, S. R., & Costa, L. F. (2014). Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso   luz do modelo bioecológico. *Contextos clínicos*, 7(1), 94-104.

- Machado, L. Z. (2001). *Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. Brasília: UnB.
- Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. V., Labronici, L. M., & Mantovani, M. F. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola de Enfermagem Anna Nery*, 18(4),600-606.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal*. Lisboa: SerSilito – Maia.
- Martinot, A. F., & Fiedler, A. J. C. B. P. (2016). A importância da CNV - comunicação não violenta - na realização do processo de autoconhecimento. *Revista Educação*, 11(1), 58-77.
- Mason, B., & Mason, E. (1994). A masculinidade e o trabalho com as famílias. In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 221 a 229) (M. C. B. Fernandes, Trad.) Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Medrado, B., & Lyra, J. (2003). Nos homens, a violência de gênero. In: *Secretaria especial de políticas para as mulheres - Programa de Prevenção, assistência e Combate à Violência contra a Mulher*. Plano nacional. Brasília: SPM.
- Mendes, L. S. A, Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Reis, D. C., & Silva, S. D. B. (2008). Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(1), 1-10.
- Minayo, M. C. S. (2007). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In L. Sousa (Org). *Curso impactos da violência na saúde* (pp. 24-35). Rio de Janeiro: EAD/ENSP.

- Morais, N. A., Cerqueira-Santos, E., Moura, A. S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 263-272.
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006a). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006b). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Oliveira, A. E. C. (2010). A experiência brasileira no atendimento a homens autores de violência de gênero. *Ciência. & Trópico*, 34(1), 73-92.
- Oliveira, K. L. C., & Gomes, R. (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(5), 2401-2413.
- Pereira, S. C. (2014). *A atuação do poder público brasileiro frente aos agressores de violência doméstica contra a mulher*. Santos, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo. Recuperado em 23 março, 2018, de http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/07/SHEILACRISTINAPEREIRA_Aatuacaodopoderpublicofrenteaosagressores2014.pdf.
- Pitanguy, J. (2011). Advocacy e Direitos Humanos. In L. L. Barsted & J. Pitanguy. (Coord.) *O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010* (pp. 20-56). Brasília: CEPIA/ONU Mulheres.
- Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. (2011). Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, Presidência da República. Recuperado em 12 novembro, 2016, de <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>.

- Prates, P. L. (2013). *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher* (Tese de Doutorado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Reis, D. C. (2016). *Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de vida* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Recuperado de <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Psicologia-Daniela-Castro-dos-Reis.PDF>.
- Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152-160.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Recuperado de <http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-asmulheres-no-mundo/>.
- Santos, M. A., Scorsolini-Comin, F., Gazignato, E. C. S. (2014). Aconselhamento em saúde: fatores terapêuticos em grupo de apoio psicológico para transtornos alimentares. *Estudos de Psicologia*, 31(3), 393-403.
- Scorsolini-Comin, F. (2016). *Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicações*. São Paulo: Vetor.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. (Dabat, C. R. & Ávila, M. B. Trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secretaria de Políticas para as mulheres. (2014). *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Recuperado em 23 março, 2018, de

http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf.

Silva, M. V. O. (2015). *NAFAVD: Um retrato de um serviço de atendimento a autores de violência no distrito federal*. Brasília: Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB). Recuperado em 07 fevereiro, 2018 de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15527/1/2015_MarcosVeniciusdeOliveiraSilva.pdf.

Souza, M. F. (2009). As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre A(s) masculinidade(s). *Mediações*, 14(2), 123-144.

Tonelli, M. J. F., Beiras, A., & Ried, J. (2017). Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1), 174-193.

Tozatte, L. M. (2015). *Medidas despenalizadoras nos Juizados Especiais Criminais Estaduais-Lei no 9.099/1995*. Recuperado em 20 fevereiro, 2018, de http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10007.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 7 abril 2016, de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Estudo 1) – Pré-participação no Grupo

Dados do participante

Nome (fictício):

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

- 1- Para eu te conhecer melhor, me conte um pouco sobre a sua história de vida antes de chegar aqui. Pode contar o que quiser e como quiser.
- 2- Como é para você estar aqui no serviço?
- 3- Por que você está tendo que participar do grupo?
- 4- Você concorda que deveria ter que participar do grupo?
- 5- Se não existisse o acordo judicial sobre a sua participação, você, mesmo assim, participaria?
- 6- Como se sente em ter que participar?
- 7- Como você acha que o grupo funciona?
- 8- Quais informações sobre o grupo você recebeu?
- 9- Você já participou alguma vez do grupo? Se sim, porque teve que parar?
- 10- Conhece alguém que já tenha participado? Se sim, essa pessoa te disse algo a respeito?
- 11- O que você espera encontrar no grupo?
- 12- Como é ser homem no mundo de hoje?
- 13- Você acredita que teve influência de quem e/ou de onde para ser o homem que é hoje?
- 14- Você tem conhecimento que a lei dá direitos iguais para homens e mulheres? O que pensa sobre isso?
- 15- Você acredita que homens e mulheres devem ter o mesmo direito na relação conjugal?
- 16- Como era sua relação conjugal?
- 17- O que você entende por violência contra as mulheres? Como ela pode acontecer?
- 18- Quais são os principais fatores que influenciam o aparecimento da violência entre um casal?
- 19- O que pensa da Lei Maria da Penha?
- 20- Você se considera uma pessoa nervosa, explosiva, perigosa?
- 21- Se sim, o que acredita que o influencia a ser assim?
- 22- Se não, o que acredita que o motivou a ter reagido de forma a prejudicar sua companheira? (Fazer essa pergunta se o participante reconhecer que realmente foi agressivo)
- 23- Você já viveu em ambientes onde a violência estava presente?
- 24- Como costuma resolver seus problemas?

25- O que você acha da mulher estar conquistando mais espaço no mercado de trabalho?

26- O que pensa sobre o judiciário interferir na vida de uma família?

27- Você frequenta algum outro serviço de atendimento psicológico ou participa de algum outro tipo de grupo? Por que motivo faz esse acompanhamento?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista Semiestruturado (Estudo 1) – Pós-participação no Grupo

Dados do participante

Nome (fictício):

Quantos encontros participou?:

- 1- Como foi participar do grupo?
- 2- O que de mais significativo/importante você aprendeu com o grupo? O que do grupo você vai levar pra sua vida?
- 3- Tente destacar um momento que tenha te chamado mais a atenção no grupo ou do qual você se lembre mais.
- 4- Como você vê a violência contra as mulheres?
- 5- O que de positivo você falaria sobre grupo?
- 6- O que de negativo você falaria sobre o grupo?
- 7- Você acha que algum tema a mais poderia ter sido discutido? Qual?
- 8- Você mudaria algo no grupo? Se sim, o quê?
- 9- Como você percebe a sua relação conjugal hoje?
- 10- O que você entende pela lei Maria da Penha?
- 11- Sua concepção sobre as diferenças entre homens e mulheres mudou? Quais foram essas mudanças?
- 12- O que achou da equipe que conduziu os atendimentos?
- 13- Se pudesse deixar uma mensagem para esses profissionais, o que falaria?
- 14- Você se sentiu acolhido no grupo? Se identificou com os outros participantes?
- 15- Se pudesse deixar uma mensagem para outro participante, o que falaria?
- 16- Você gostaria de acrescentar algo?

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 1)

Termo de Esclarecimento

Prezado(a) Colaborador(a),

Meu nome é Juliana de Oliveira, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM) e, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin, psicólogo e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), estou realizando uma pesquisa intitulada “*Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço*”.

O objetivo desta pesquisa é compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção. Ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões sobre violência contra as mulheres e funcionamento de serviços voltados ao acompanhamento de autores de violência.

Caso esteja de acordo, você participará de duas entrevistas, com duração aproximada de meia hora cada, cujas perguntas são relacionadas às suas expectativas sobre a participação no grupo e suas percepções pós-grupo sobre o serviço ofertado e autorizará a minha participação no grupo de acompanhamento. Tudo o que você disser será utilizado somente para este estudo e mantido sob absoluto sigilo, uma vez que utilizaremos um nome fictício para não identificá-lo(a), garantindo o seu anonimato, bem como da vara de violência doméstica onde acontece o programa. Dessa forma, considerando as condições de realização da pesquisa o local será um ambiente reservado que melhor permita a realização da coleta de dados contanto que se resguarde a privacidade e o conforto material e psicológico dos participantes.

A entrevista será audiogravada, se você assim o permitir, para evitar que nada do que for dito seja perdido, fazendo com que nenhum detalhe importante passe despercebido pelo pesquisador. Os dados deste estudo farão parte do meu trabalho de conclusão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e poderão ser divulgados em artigos e congressos científicos, sendo que a sua identidade será sempre preservada. Dados mais específicos que porventura possam identificá-lo(a) serão omitidos.

Você poderá interromper a realização da entrevista a qualquer momento, caso não se sinta à vontade ou não concorde em responder alguma pergunta. Você também poderá retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa, sem que haja qualquer ônus ou constrangimento para tal. A sua participação é voluntária e você não receberá quaisquer benefícios ou bônus caso aceite participar.

Mesmo não correndo nenhum risco em participar desta pesquisa, alguns conteúdos abordados podem trazer algum tipo de desconforto psicológico. Caso aconteça de você experimentar algum tipo de desconforto, poderá conversar com o(a) pesquisador(a)-responsável, que é psicólogo(a) e psicoterapeuta. Se necessário, será oferecida a possibilidade de você receber atendimento psicológico a cargo desse(a) profissional ou de outro(a) por ele indicado.

Caso deseje entrar em contato com os pesquisadores, eles estarão disponíveis na sala 320 do Centro Educacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), de segunda à sexta-feira, em horário comercial (8h às 12h e das 13h às 18h).

Mestrando(a) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)
Telefone: (62) 99677-2635. E-mail: juoliveira.o@hotmail.com

Pesquisador Responsável, Psicólogo(a) e professor(a) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)
Telefone: (16) 99151-3850. E-mail: fabioscorsolini@gmail.com

Como exposto, após assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido você receberá uma cópia do mesmo. Em caso de dúvida em relação a esse documento, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3318-5854 ou pelo endereço Avenida Getúlio Guaritá, 159, Abadia, CEP 38025-440.

<p>O sujeito de pesquisa deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apondo sua assinatura na última página do referido Termo.</p>

<p>O pesquisador responsável deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apondo sua assinatura na última página do referido Termo.</p>
--

Pelo presente documento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que está ciente das informações recebidas e que concorda voluntariamente participar desta pesquisa. Atesta que recebeu uma cópia desse Termo e a possibilidade de lê-lo, o que lhe permitirá entrar em contato com os pesquisadores em outro momento, caso deseje ou sinta necessidade de obter novos esclarecimentos. Autoriza também a audiogravação da entrevista e a utilização dos dados aqui coletados, desde que respeitado o sigilo e o anonimato.

....., de de 2017.

Assinatura do Participante

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participação no Grupo

Termo de Esclarecimento

Prezado(a) Colaborador(a),

Meu nome é Juliana de Oliveira, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM) e, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin, psicólogo e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), estou realizando uma pesquisa intitulada “*Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço*”.

O objetivo desta pesquisa é compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção. Ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões sobre violência contra as mulheres e funcionamento de serviços voltados ao acompanhamento de autores de violência.

Caso esteja de acordo, você assinará esse termo que autorizará a minha participação no grupo de acompanhamento que fará parte. O intuito da minha participação será para observar como o grupo funciona em termos de temas discutidos, dinâmica da sua organização do início ao fim e detalhes que apenas o acompanhamento presencial permitirá alcançar como reflexões geradas e sentimentos relatados. As sessões grupais não serão audiogravadas e nenhuma fala será anotada na íntegra.

Os dados deste estudo farão parte do meu trabalho de conclusão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e poderão ser divulgados em artigos e congressos científicos, sendo que a sua identidade será sempre preservada. Dados mais específicos que porventura possam identificá-lo(a) serão omitidos.

Você poderá interromper a realização da sua participação a qualquer momento, caso não se sinta à vontade ou não concorde com a minha presença mais no grupo. Você também poderá retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa, sem que haja qualquer ônus ou constrangimento para tal. A sua participação é voluntária e você não receberá quaisquer benefícios ou bônus caso aceite participar.

Mesmo não correndo nenhum risco em participar desta pesquisa, alguns conteúdos abordados podem trazer algum tipo de desconforto psicológico. Caso aconteça de você experimentar algum tipo de desconforto, poderá conversar com o(a) pesquisador(a)-responsável, que é psicólogo(a) e psicoterapeuta. Se necessário, será oferecida a possibilidade de você receber atendimento psicológico a cargo desse(a) profissional ou de outro(a) por ele indicado.

Caso deseje entrar em contato com os pesquisadores, eles estarão disponíveis na sala 320 do Centro Educacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), de segunda à sexta-feira, em horário comercial (8h às 12h e das 13h às 18h).

Mestrando(a) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)

Telefone: (62) 99677-2635. E-mail: juoliveira.o@hotmail.com

Pesquisador Responsável, Psicólogo(a) e professor(a) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)

Telefone: (16) 99151-3850. E-mail: fabioscorsolini@gmail.com

Como exposto, após assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido você receberá uma cópia do mesmo. Em caso de dúvida em relação a esse documento, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3318-5854 ou pelo endereço Avenida Getúlio Guaritá, 159, Abadia, Uberaba-MG, CEP 38025-440.

Pelo presente documento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que está ciente das informações recebidas e que concorda voluntariamente participar desta pesquisa. Atesta que recebeu uma cópia desse Termo e a possibilidade de lê-lo, o que lhe permitirá entrar em contato com os pesquisadores em outro momento, caso deseje ou sinta necessidade de obter novos esclarecimentos.

..... de de 2017.

Assinatura do Participante

APÊNDICE E

Roteiro de entrevista semiestruturado (Estudo 2)

Dados do participante

Nome (fictício):

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

- 1- Há quanto tempo você trabalha no NAFVID?
- 2- Como é trabalhar com violência contra as mulheres?
- 3- Quais os principais desafios e dificuldades do programa?
- 4- O que você pensa sobre a participação dos homens?
- 5- Você acredita que existe alguma diferença nesse serviço por ele ser ofertado pelo executivo e não pelo judiciário?
- 6- Como é o trabalho em conjunto com a vara de violência doméstica? E com o juiz responsável?
- 7- Como o serviço funciona? Qual são as etapas de atendimento, como se dão os encontros grupais?
- 8- Vocês passam por capacitação periódica?
- 9- Vocês seguem alguma metodologia específica para montar os encontros? (Baseada em algum outro serviço ou estudo?)
- 10- Como foi a montagem da metodologia de trabalho da equipe, você participou de que forma para chegar no que hoje vocês fazem nos encontros?
- 11- Qual a sua percepção sobre o serviço ofertado?
- 12- Você acredita que é eficaz naquilo que propõe?
- 13- Quais os pontos positivos da intervenção?
- 14- Você conhece algum outro serviço com esse mesmo caráter? O que nota de diferente entre eles?
- 15- O que você pensa sobre a violência contra as mulheres?
- 16- Quais são as principais causas desse fenômeno na sua opinião?
- 17- Para você, quais os principais aspectos que devem ser trabalhados/discutidos no grupo? Justifique.
- 18- Você acredita que discutir gênero é importante?
- 19- Acredita que o gênero dos coordenadores (homem e mulher) influencia a dinâmica do grupo?
- 20- Como você acredita que deve ser o trabalho com o autor de agressão para que não haja reincidência da violência?

- 21- Quais as intervenções públicas devem ser feitas em prol de diminuir o número de casos de violência contra as mulheres?
- 22- Se pudesse mudar algo no serviço, o que seria?
- 23- Se pudesse mandar uma mensagem para algum autor de agressão contra a mulher, o que falaria?
- 24- O que mais te marcou nos grupos que você coordenou? Conte-me um desses momentos.
- 25- Como você percebe o masculino e o feminino na sociedade de hoje?
- 26- Gostaria de acrescentar algo?

APÊNDICE F

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Estudo 2)

Termo de Esclarecimento

Prezado(a) Colaborador(a),

Meu nome é Juliana de Oliveira, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM) e, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Scorsolini-Comin, psicólogo e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), estou realizando uma pesquisa intitulada “*Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço*”.

O objetivo desta pesquisa é compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção. Ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões sobre violência contra as mulheres e funcionamento de serviços voltados ao acompanhamento de autores de violência. Caso esteja de acordo, você participará de uma entrevista, com duração aproximada de quarenta minutos cada, cujas perguntas são relacionadas às suas percepções sobre o fenômeno da violência, bem como as dificuldades e os desafios que encontra na sua prática profissional.

Tudo o que você disser será utilizado somente para este estudo e mantido sob absoluto sigilo, uma vez que utilizaremos um nome fictício para não identificá-lo(a), garantindo o seu anonimato, bem como da vara de violência doméstica onde acontece o programa. Dessa forma, considerando as condições de realização da pesquisa o local será um ambiente reservado que melhor permita a realização da coleta de dados contanto que se resguarde a privacidade e o conforto material e psicológico dos participantes.

A entrevista será audiogravada, se você assim o permitir, para evitar que nada do que for dito seja perdido, fazendo com que nenhum detalhe importante passe despercebido pelo pesquisador. Os dados deste estudo farão parte do meu trabalho de conclusão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e poderão ser divulgados em artigos e congressos científicos, sendo que a sua identidade será sempre preservada. Dados mais específicos que porventura possam identificá-lo(a) serão omitidos.

Você poderá interromper a realização da entrevista a qualquer momento, caso não se sinta à vontade ou não concorde em responder alguma pergunta. Você também poderá retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa, sem que haja qualquer ônus ou constrangimento para tal. A sua participação é voluntária e você não receberá quaisquer benefícios ou bônus caso aceite participar.

Mesmo não correndo nenhum risco em participar desta pesquisa, alguns conteúdos abordados podem trazer algum tipo de desconforto psicológico. Caso aconteça de você experimentar algum tipo de desconforto, poderá conversar com o(a) pesquisador(a)-responsável, que é psicólogo(a) e psicoterapeuta. Se necessário, será oferecida a possibilidade de você receber atendimento psicológico a cargo desse(a) profissional ou de outro(a) por ele indicado.

Caso deseje entrar em contato com os pesquisadores, eles estarão disponíveis na sala 320 do Centro Educacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), de segunda à sexta-feira, em horário comercial (8h às 12h e das 13h às 18h).

Mestrando(a) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)
Telefone: (62) 99677-2635. E-mail: juoliveira.o@hotmail.com

Pesquisador Responsável, Psicólogo(a) e professor(a) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP-UFTM)
Telefone: (16) 99151-3850. E-mail: fabioscorsolini@gmail.com

Como exposto, após assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido você receberá uma cópia do mesmo. Em caso de dúvida em relação a esse documento, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3318-5854 ou pelo endereço Avenida Getúlio Guaritá, 159, Abadia, CEP 38025-440.

<p>O sujeito de pesquisa deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apondo sua assinatura na última página do referido Termo.</p>

<p>O pesquisador responsável deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apondo sua assinatura na última página do referido Termo.</p>
--

Pelo presente documento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que está ciente das informações recebidas e que concorda voluntariamente participar desta pesquisa. Atesta que recebeu uma cópia desse Termo e a possibilidade de lê-lo, o que lhe permitirá entrar em contato com os pesquisadores em outro momento, caso deseje ou sinta necessidade de obter novos esclarecimentos. Autoriza também a audiogravação da entrevista e a utilização dos dados aqui coletados, desde que respeitado o sigilo e o anonimato.

....., de de 2017.

Assinatura do Participante

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Apoio psicológico a homens autores de violência contra a mulher: retrato de um serviço

Pesquisador: Fabio Scorsolini Comin

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67578117.1.0000.5154

Instituição Proponente: Centro de Estudo e Pesquisa em Psicologia Aplicada

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.110.458

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

***TEMA EM ESTUDO:** Panorama geral sobre a violência contra a mulher no Brasil -

A violência contra a mulher pode acontecer tanto em ambientes públicos quanto em locais privados, mas, de acordo com as estatísticas, é fundamentalmente no ambiente doméstico que ela ocorre. Ela é praticada, normalmente, por homens da família que exercem relações de poder sobre a vítima e, dentro da gama de possíveis autores de agressão, na maioria dos casos, a violência é cometida por homens com quem a mulher tem ou teve algum vínculo afetivo: companheiros, cônjuges, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes (Madureira et al., 2014; Rosa, Boing, Büchele, Oliveira, & Coelho, 2008; Brasília, 2011).

De acordo com a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que atua em âmbito nacional, nos dez primeiros meses de 2015, 85,85% dos relatos de violência registrados correspondem a situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em 67,36% desses casos, a violência foi praticada por companheiros ou ex-companheiros das vítimas (Balanço 1º semestre 2015, 2015). Ainda em relação àquela pesquisa, 38,72% dos casos de violência contra a mulher realizada por parceiros ou ex-parceiros é praticada diariamente e 33,86% semanalmente. Portanto, 72,58% dos casos de violência ocorrem em uma frequência muito alta (Balanço 1º semestre 2015,

Endereço: Rua Madre Maria José, 122	CEP: 38.025-100
Bairro: Nossa Sra. Abadia	
UF: MG Município: UBERABA	
Telefone: (34)3700-6776	E-mail: oep@psicpqg.ufm.edu.br

Página 01 de 12

Alexandra
 Prof.ª Alessandra dos Santos de Albuquerque e Souza
 Coordenadora do CEP da UFTM

pode colaborar com a compreensão de como acontece esse processo de acompanhamento de serviços voltados aos autores de violência contra mulher."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de retorno de pendência em relatoria anterior. Pesquisadores atenderam todas as solicitações do CEP-UFTM.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de apresentação obrigatória adequados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O CEP-UFTM informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios anuais, assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado em reunião do Colegiado do CEP-UFTM em 09/06/2017.

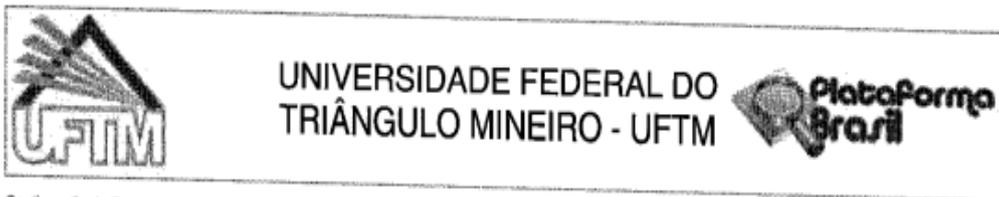
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_897407.pdf	06/06/2017 16:15:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Protocolo_CEP_Projeto_Juliana_de_Oli veira.doc	06/06/2017 16:15:21	Fabio Scorsolini Comin	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento_equipe_CEP.doc x	06/06/2017 16:14:55	Fabio Scorsolini Comin	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento_partgrupo_CEP. docx	06/06/2017 16:14:35	Fabio Scorsolini Comin	Aceito

Endereço: Rua Madre Maria José, 122
 Bairro: Nossa Sra. Abadia CEP: 38.025-100
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3700-6776 E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br

Página 11 de 12

Alexandra
 Prof.ª Alexandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
 Coordenadora do CEP de UFTM



Continuação do Parecer: 2.110.458

Brochura Pesquisa	EQ_Juliana_pos_qualificacao_v3.docx	06/06/2017 15:52:06	Fabio Scorsolini Comin	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ACEITEJULIANASAMAMBAIA00.PDF	06/06/2017 15:50:43	Fabio Scorsolini Comin	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_ProjetoMestradoV2.pdf	17/04/2017 14:01:44	Fabio Scorsolini Comin	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 09 de Junho de 2017

p/ Alessandra

Assinado por:

Marly Aparecida Spadotto Balarin
(Coordenador)

Prof.ª Alessandra Ciríacani da Albuquerque e Souza
-Coordenadora do CEP da UFTM